

**Nº 02 - Reunião Ordinária da  
Câmara Municipal de Chaves  
Realizada no dia 18 de Janeiro  
de 2010. -----**

Aos dezoito dias do mês de Janeiro do ano dois mil e dez, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, e com as presenças dos Vereadores Sr. Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, Sr. Arqt. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sra. Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte Almeida Campos, Sr. Dr. José Fernando Carvalho Montanha, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sr. Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Director de Departamento de Administração Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram quinze horas e quinze minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de treze de Janeiro do corrente ano. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

**I - INFORMAÇÃO N. 03/2010, PRESTADA PELO CONSULTOR JURIDICO DO MUNICIPIO, DR. VITOR BRAS, REFERENTE ÀO ASSUNTO: EXPROPRIAÇÃO - PROC. 658/05.4TBCHV, 2º JUIZO - TRIBUNAL JUDICIAL DE CHAVES. -----**  
Foi presente a informação do consultor Jurídico do Município, Dr. Vítor Brás, identificada em epígrafe, e na qual se dá conhecimento da transferência bancária no valor de 8.948,00€, a efectuar pelo Tribunal Judicial de Chaves a favor do Município, no âmbito do processo de expropriação supra identificado. -----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**II - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----**

O Presidente da Câmara começou por dar conhecimento ao Executivo Municipal sobre os seguintes assuntos relacionados com a Actividade Municipal: -----

**Reorganização da Rede Escolar** - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou o Executivo Camarário que, no pretérito dia 07 de Janeiro do corrente ano, se realizou uma reunião de trabalho com os Directores dos Agrupamento Escolares Dr. Francisco Carneiro e Nadir Afonso, tendo sido analisada a reorganização da rede escolar em função da entrada em funcionamento do Novo Centro Escolar de Santa Cruz. -----

Sobre este assunto, mais informou que serão desactivadas as escolas, do 1º ciclo de Santa Cruz, Outeiro Seco, Vilarelho da Raia, Cinochaves, Campo de Cima e Estação e os Jardins de Infância de Chaves (Maria Rita) e de Casa-dos-Montes. -----

Por último, informou ainda que a Escola do Cinochaves passará a desempenhar funções como Jardim de Infância, integrando o Agrupamento Escolar Dr. Francisco Carneiro. -----

**Comunidade Intermunicipal em Mirandela** - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou o Executivo Camarário que, no pretérito dia 13 de Janeiro do corrente ano, se realizou em Mirandela, uma reunião de trabalho na Comunidade Intermunicipal e na qual tomou posse como vogal do Conselho Directivo. -----

**Assembleia Geral da ADRAT** - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou o Executivo Camarário que, no pretérito dia 13 de Janeiro do corrente ano, se realizou a assembleia geral da ADRAT, na qual o Município de Chaves assumiu a presidência da mesma. -----

**Evento "Saberes e Sabores"** - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou o Executivo Camarário que, no pretérito dia 15 de Janeiro do corrente ano, esteve presente, juntamente com os Senhores Vereadores, em Braga para divulgação do evento denominado "Saberes e Sabores". -----

## I

### ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

#### 1. ACTAS:

**1.1.** Aprovação da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 04 de Janeiro de 2010. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida acta. -----

#### 2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

**2.1. RENOVAÇÃO DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PREVISTAS NO N.º. 4, DO ART. 14.º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE EM VIGOR NESTE CONCELHO. PROPOSTA N.º. 02/GAPV/2010** -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

##### **I - Antecedentes e Justificação** -----

1. Considerando que o órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no pretérito dia 21 de Abril de 2003, aprovou o Regulamento Municipal de Publicidade; -----

2. Considerando que o Município de Chaves reconhece o papel primordial que a publicidade desempenha na divulgação e no desenvolvimento da actividade económica dos agentes envolvidos; ----

3. Considerando que a publicidade é hoje, mais do que nunca, um meio indispensável de transmissão da mensagem de prestação dos respectivos serviços que os estabelecimentos disponibilizam; -----

4. Considerando que a publicidade acarreta custos significativos;

5. Considerando que a aplicação quotidiana das taxas estabelecidas no Regulamento Municipal de Publicidade e constantes do seu anexo - Anexo I -, vieram a evidenciar a necessidade de adoptar uma medida de auxílio ao combate à crise económica registada no meio empresarial, muito particularmente a crise sentida pelos pequenos comerciantes; -----

6. Considerando que na sequência da alteração ao Regulamento Municipal de Publicidade, aprovada, respectivamente, pelo órgão executivo municipal no dia 5 de Fevereiro de 2009 e, posteriormente,

pela Assembleia Municipal em sede de sessão ordinária realizada no dia 25 de Fevereiro de 2009, o n.º 4, do artigo 14º, do Regulamento Municipal de Publicidade, passou a prever o seguinte: -----

"Está isenta do pagamento das taxas previstas no presente Regulamento toda a publicidade colocada nos respectivos estabelecimentos comerciais de venda ao público e prestação de serviços com sede no concelho de Chaves, excepto os estabelecimentos de comércio a retalho, de comércio por grosso em livre serviços e os conjuntos comerciais, abrangidos pelo art. 4º, da Lei nº 12/2004, de 30 de Março, bem como todos os estabelecimentos comerciais que, embora não abrangidos por tal regime legal, devam ser considerados de dimensão relevante ou não detenham a sua sede estatutária no concelho de Chaves."; -----

7. Considerando que o n.º 6, do artigo 14º, do mesmo Regulamento Municipal, na redacção dada pela alteração acima referida, determina que a isenção a que se refere o n.º 4, do mesmo artigo, é concedida por um período de um ano, sendo possível a sua renovação, até ao limite máximo de cinco anos, mediante deliberação do órgão executivo; -----

8. Considerando, neste sentido, que a isenção concedida ao abrigo da retrocitada disposição do Regulamento Municipal de Publicidade em vigor no Concelho de Chaves, chega ao seu termo no próximo dia 25 de Fevereiro de 2009, caso não seja renovada mediante deliberação do órgão executivo; -----

9. Considerando que as premissas que justificaram a referida isenção se mantêm na presente data, pelo que se justifica a sua renovação; -----

10. Considerando que a renovação consubstanciada na isenção do pagamento de taxas previstas no n.º 4, do art. 14º, do Regulamento Municipal de Publicidade, compete à Câmara Municipal. -----

## **II - Da Proposta em Sentido Estrito** -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo camarário a aprovação da seguinte Proposta: -----

a) Que, ao abrigo do disposto no n.º 6, do art. 14º, do Regulamento de Publicidade em vigor no Concelho, seja renovada, pelo período de mais um ano, a isenção do pagamento de taxas previstas no n.º 4, do artigo 14º, do mesmo Regulamento, com efeitos a partir do dia 25 de Fevereiro de 2010; -----

b) Caso a presente proposta seja aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á dar publicidade à deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, no cumprimento do disposto no art. 91º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, ou seja, através de edital afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão, bem como, em Boletim da Autarquia e no Jornal Regional da área do Município. -----

Chaves, 7 de Janeiro de 2010 -----

Presidente da Câmara, -----

(Dr. João Batista) -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma.

**2.2. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL E DESPORTIVA "ROTA DOS CONTRABANDISTAS DE LAMADARCOS. PROPOSTA Nº.5/GAPV/2010** -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

### **I - Justificação** -----

1. Considerando que a Associação Recreativa Cultural e Desportiva "Rota dos Contrabandistas de Lamadarcos" veio, através de requerimento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia nº 17005, datado do pretérito dia 11/11/2009, solicitar a colaboração deste Município, centrada na cedência, a título de comodato, do prédio abaixo identificado - ponto nº 2 - destinado ao desenvolvimento das actividades relacionadas com o seu fim estatutário e à prossecução dos seus programas de natureza social e cultural; -----

2. Considerando que tal prédio, designado por "Escola Primária de Lamadarcos", sito em Lamadarcos, freguesia de Lama de Arcos, concelho de Chaves, se encontra inscrito na respectiva matriz sob artigo 328º, a favor do Município de Chaves, e ainda omisso na competente Conservatória do Registo Predial; -----

3. Considerando que o prédio em questão constitui o espaço que melhor se adapta e adequa à concretização dos objectivos a prosseguir pela Associação Recreativa Cultural e Desportiva "Rota dos Contrabandistas de Lamadarcos". -----

4. Considerando que a Escola acima identificada não se encontra, na presente data, em funcionamento. -----

5. Considerando que existe grande necessidade por parte da Associação Recreativa Cultural e Desportiva "Rota dos Contrabandistas de Lamadarcos" de ocupar o referido prédio para o desenvolvimento de actividades relacionadas com o seu fim estatutário, actividades essas de âmbito cultural, recreativo e desportivo; -----

6. Considerando que o comodato é o contrato pelo qual uma das partes entrega à outra certa coisa móvel ou imóvel para que se sirva dela, com a obrigação de a restituir, de acordo com o disposto no art. 1129º e ss, do Código Civil; -----

7. Considerando que a coisa comodatada ou emprestada deve ser aplicada ao fim a que se destina, sendo, nessa justa medida, vedado ao comodatário fazer dela o uso imprudente ou proporcionar a terceiros a sua utilização sem autorização do comodante, no caso, Município de Chaves; -----

8. Considerando, por último, que existe interesse mútuo na resolução deste problema, em benefício da população em geral deste concelho e da região; -----

### **II - Do Enquadramento Legal** -----

1. Considerando que, nos termos do disposto no art. 13º, da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, podem os Municípios, no feixe das suas atribuições, prosseguir actividades no domínio, entre outras, da Promoção do desenvolvimento; -----

2. Considerando que, nos termos do disposto na alín. b), do nº 4, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, recreativa ou outra; -----

### **III - Da Proposta em Sentido Estrito** -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que seja autorizada a celebração do contrato de comodato entre o Município de Chaves e a Associação Recreativa Cultural e Desportiva "Rota dos Contrabandistas de Lamadarcos", tendo como objecto o referido prédio e para o fim em vista, conforme matriz do contrato de comodato, contendo as cláusulas disciplinadoras dos direitos e obrigações das partes signatárias que segue em anexo à presente proposta; -----

b) Para o efeito, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima reunião do executivo, em conformidade com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, com vista à aprovação da mesma, legitimando simultaneamente o Presidente da Câmara a outorgar, em representação do Município de Chaves, o mencionado contrato de comodato; -----

c) Logo que tal decisão venha a ser praticada, deverá a mesma ser levada ao conhecimento da Associação Recreativa Cultural e Desportiva "Rota dos Contrabandistas de Lamadarcos", através da emissão da competente notificação. -----

Chaves, 12 de Janeiro de 2010 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Dr. João Batista) -----

**Em anexo :** A referida minuta de contrato de comodato. -----

**Minuta do Contrato de Comodato Entre Município de Chaves e a Associação Recreativa Cultural e Desportiva "Rota dos Contrabandistas de Lamadarcos"** -----

Entre o **Município de Chaves**, pessoa colectiva número 501205551, com sede no Largo Camões, da cidade de Chaves, representado neste acto pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista e com poderes para o acto, conforme o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 68.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, e adiante designado por primeiro outorgante ou comodante, e a Associação Recreativa Cultural e Desportiva "Rota dos Contrabandistas de Lamadarcos", pessoa colectiva número \_\_\_\_\_, com sede na Rua do Campo n.º 2, Lama de Arcos, daquela mesma cidade, representada neste acto pelo seu \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, e adiante designada por segunda outorgante ou comodatária, -----  
é celebrado, e reciprocamente aceite, o presente contrato de comodato que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

**Cláusula 1ª** -----

***O Primeiro Outorgante é proprietário de um prédio, designado por Escola de Lamadarcos, sito em Lamadarcos, freguesia de Lama de Arcos, concelho de Chaves, composto por r/ch com 6 divisões, com logradouro, inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo 328.º, e ainda omissa na competente Conservatória do Registo Predial.*** -----

**Cláusula 2ª** -----

Pelo presente contrato o Primeiro Outorgante comodata à Segunda Outorgante o prédio identificado na cláusula anterior, a fim de que esta se sirva dele exclusivamente para a prossecução dos seus programas de natureza recreativa e cultural e fins estatutários, designadamente os fins consignados no art. 2.º dos respectivos Estatutos, com a obrigação da segunda outorgante o restituir assim que o primeiro outorgante o exija. -----

**Cláusula 3ª** -----

O presente contrato deverá ser celebrado, pelo período de 3 anos contados desde a data da efectiva entrega do prédio identificado na cláusula 1ª. -----

**Cláusula 4ª** -----

**Com a celebração do presente Contrato, a Comodatária fica obrigada a fazer um uso prudente e cuidado do imóvel identificado na cláusula 1ª, designadamente, dando integral cumprimento às seguintes prescrições: -----**

**a) Manter e restituir o imóvel no estado em que o recebeu, ressalvadas as deteriorações decorrentes de um uso prudente, tendo em conta a finalidade para a qual foi cedido; -----**

**b) Promover a expensas suas todas as obras de conservação, beneficiação ou reparação que se mostrarem necessárias como consequência da sua utilização; -----**

**c) Suportar os encargos decorrentes do seu normal funcionamento, designadamente, pagamento das taxas e consumos de água, electricidade e outros da mesma natureza; -----**

**d) Proceder às obras que considere úteis e necessárias à realização dos fins a que se destina o imóvel comodatado, desde que previamente autorizadas pelo Comodante, salvo as previstas na alínea b), da presente cláusula. -----**

**Cláusula 5ª -----**

1. Todas as obras e benfeitorias que forem realizadas pelo Segundo Outorgante, no imóvel em causa, passarão a fazer parte integrante do mesmo, sem direito a qualquer indemnização, e reverterem a favor do Município. -----

2. Em caso de extinção dos efeitos do presente contrato, não assiste ao segundo outorgante qualquer direito de receber do Primeiro Outorgante, qualquer indemnização, seja a que título for, pela realização de obras ou benfeitorias executadas. -----

**Cláusula 6ª -----**

1. O imóvel a comodatar destina-se, única e exclusivamente, à prossecução das atribuições da Comodatária. -----

2. O presente contrato será celebrado por um período de 3 anos, renovável por períodos de 1 ano, se não for denunciado por qualquer das partes contratantes até 180 dias antes do início do ano lectivo, fixando-se como data de início deste o dia 1 de Outubro de cada ano.

3. O exercício do direito de denúncia, deverá ser formalizado, mediante carta registada com aviso de recepção, dirigida à outra parte contratante nos termos do número anterior. -----

4. Não obstante a existência de prazo, qualquer das outorgantes poderá resolver o presente contrato nos termos do art. 1140º, do Código Civil. -----

**Cláusula 7ª -----**

1. O Comodante tem a faculdade de denunciar a todo tempo o presente contrato, sem direito a qualquer indemnização, seja a que título for a favor da comodatária, desde que se verifiquem alterações supervenientes associadas ao interesse público municipal e devidamente reconhecidas mediante deliberação da Câmara Municipal.

2. O exercício do direito de denúncia previsto no número anterior, deverá ser formalizado, mediante carta registada com aviso de recepção, dirigida à outra parte contratante com a antecedência de 30 dias sobre a data da produção dos efeitos da denúncia. -----

**Cláusula 8ª -----**

1. É conferido ao primeiro outorgante o direito de resolução do contrato com fundamento no incumprimento das obrigações do segundo outorgante previstas na cláusula 4ª. -----

2. A resolução do contrato por parte do primeiro outorgante operar-se-á nos termos gerais, ou seja, de acordo com o disposto nos artigos 432º a 436º do Código Civil, nomeadamente mediante declaração à outra parte. -----

3. O presente contrato cessa os seus efeitos, se a Segunda Outorgante deixar de prosseguir as suas actividades estatutárias ou se extinga. -----

**Cláusula 9ª** -----

**O presente contrato produz todos os seus efeitos a partir da data da sua assinatura.** -----

**Cláusula 10ª** -----

**Para a resolução dos litígios emergentes do presente contrato será competente o Tribunal da Comarca de Chaves, com expressa renúncia a qualquer outro.** -----

**Cláusula 11ª** -----

Em tudo o que não estiver especificamente previsto no presente contrato, observar-se-á o disposto no art. 1129º e seguintes do Código Civil. -----

Assim o disseram e outorgaram, pelo que de boa fé vão as partes assinar o presente contrato.-----

Chaves, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2010 -----

O Comodante: -----

A Comodatária: -----

**DELIBERAÇÃO:** Câmara Municipal deliberou, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues e Dr. José Fernando Carvalho Montanha, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

### 3. FREGUESIAS

## II

### DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS JURÍDICOS:

-----  
**AUSENTOU-SE DA SALA O VEREADOR ENG. NUNO ARTUR ESTEVES FERREIRA RODRIGUES, NÃO PARTICIPANDO NA DISCUSSÃO DO SEGUINTE ASSUNTO:** -----  
 -----

#### 1. LANÇAMENTO DE FOGO DE ARTIFÍCIO - FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA AZINHEIRA, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - DANOS PROVOCADOS EM DOIS MENORES -. INFORMAÇÃO/PARECER Nº. 02/2010. -----

Foi presente a informação/parecer identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**1.** Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos da Autarquia nº 17229, de 2009/11/17, A. Jorge Pinto Barros veio, na qualidade de advogado de Cristiano Cardoso de Freitas Fraga e de Jose de Jesus Ramos, solicitar informação sobre se a "Câmara Municipal de Chaves procedeu à transferência da responsabilidade civil para a Companhia Seguradora", com vista a peticionar o ressarcimento de todos os danos provocados aos dois menores pelo sinistro ocorrido com a queda de uma das cruzeiras de pedra que se encontram colocadas em frente à entrada do estabelecimento de ensino "Escola Superior de Enfermagem", sita em Outeiro Seco. -----

**2.** Invoca, em defesa do direito reclamado, que os danos causados aos dois menores estão associados aos rebentamentos do fogo de

artifício que foi lançado na noite de 8 de Setembro de 2009 em honra de Nossa Senhora da Azinheira. -----

3. Do ponto de vista estritamente jurídico, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual desta Autarquia. -----

4. Tanto mais que a organização da festa em causa não foi da responsabilidade do Município de Chaves. -----

5. Sendo certo que a actuação do Município de Chaves, no caso individual e concreto em apreciação, circunscreveu-se, apenas, à emissão de Certidão comprovativa de que o lançamento do fogo de artifício em questão requerido para o dia 8 de Setembro de 200, no âmbito da realização da festa popular em honra de Nossa Senhora da Azinheira, se localizava em espaço urbano, não carecendo de prévia autorização da Câmara Municipal para o dia requerido, nos termos do art. 29º do DL nº 124/2006 e ulteriores alterações, bem como à emissão da correspondente licença especial de ruído, no estrito cumprimento do disposto no DL nº 9/2007, de 17 de Janeiro. -----

6. Por maioria de razão, o Município de Chaves não transferiu, nem tinha que transferir, a responsabilidade civil para a Seguradora. --

7. Nesta conformidade, deverá a pretensão do requerente ser indeferida, não decorrendo, dos factos evidenciados, qualquer responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assumpção do pagamento de qualquer indemnização pelos eventuais danos invocados pelo peticionário, devendo, numa primeira fase, o presente assunto ser agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa. -----

8. Alcançado tal desiderato, no cumprimento do disposto no art. 100º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir ao ora peticionário vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado. -----

9. Decorrido o aludido prazo, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 68º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão definitiva que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação. -----

De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara. -----

À consideração superior. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

Chaves, 06 de Janeiro de 2010 -----

A Chefe de Divisão -----

(Drª. Sandra Lisboa) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2010.01.07** -----

Visto. Concorro com a presente informação, a qual merece o meu inteiro acolhimento. -----

À consideração do Presidente da Câmara. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESEIDENTE DA CAMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2010.01.08.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----



-----  
 REGISTOU-SE A ENTRADA NA SALA DO VEREADOR ENG. NUNO ARTUR ESTEVES  
 FERREIRA RODRIGUES. -----  
 -----

III  
 EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO  
 USO DE PODERES DELEGADOS. INFORMAÇÃO DA DSC. PARA CONHECIMENTO. ----  
 Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em  
 epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para  
 todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º1. --  
 -----  
 A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----  
 AUSENTOU-SE DA REUNIÃO A VEREADORA DRA. MARIA DE LURDES CAMPOS  
 QUANDO ERAM 16H00M NÃO PARTICIPANDO NA VOTAÇÃO DOS RESTANTES  
 ASSUNTOS. -----

2. PROPOSTA PARA COMEMORAÇÃO DO 1º CENTENÁRIO DA IMPLANTAÇÃO DA  
 REPÚBLICA. INFORMAÇÃO N.º. 09/DC/2010.01.07 -----  
 Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se  
 transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----  
 Em 2010 comemora-se o 1º Centenário da implantação da República. ---  
 A Associação Cívica e Cultural Antão de Carvalho em parceria com o  
 Museu do Douro pretende implementar um programa intitulado  
 Celebrações do I Centenário da República - Republicanos Durienses e  
 Transmontanos. Este projecto pretende envolver autarquias e escolas,  
 contando já com o apoio da Comissão Nacional e da Delegação Regional  
 da Cultura do Norte -----  
 Considerando a importância estratégica que as Comemorações do  
 Centenário da República assumem no processo formativo das populações  
 enquanto meio de aprofundamento da consciência cívica dos cidadãos;  
 Considerando a responsabilidade das autarquias enquanto centro de  
 dinamização e promoção de actividades culturais; -----  
 Considerando que a proposta apresentada pela Associação Cívica e  
 Cultural Antão de Carvalho, neste projecto tem como objectivos: ----  
 - Homenagear figuras do concelho de Chaves ligadas à implantação da  
 República, através da realização de uma "Jornada de Celebração dos  
 Republicanos no Concelho; -----  
 - Produzir uma monografia sobre dois deles a divulgar sob a forma de  
 conferência, a ter lugar num espaço público da autarquia, integrada  
 na Jornada supra referida; -----  
 - Mobilizar as escolas para participarem na vivência do tema e na  
 produção de trabalhos a serem expostos nas respectivas escolas ao  
 longo do ano, na sede da autarquia, aquando da Jornada e no Museu do  
 Douro, a partir do dia 05 de Outubro. -----  
 A aludida "Jornada de Celebração dos Republicanos Ilustres do  
 Concelho", destinada à população, compreende o seguinte programa em  
 dia a designar: -----  
 14h30 - Arruada, com banda ou fanfarra; -----

15h00 - Inauguração da exposição "Republicanos Ilustres do concelho de Chaves" -----

Tomada da palavra pelos representantes da associação e da autarquia;

15h30 - Conferência sobre o tema "Republicanos Ilustres do concelho de Chaves"; -----

16h30 - Encerramento. -----

Considerando que a adesão ao projecto proposto envolve a participação da Associação Cívica e Cultural Antão de Carvalho que se compromete a: -----

- Disponibilizar os seus serviços e rede de contactos institucionais para o levantamento dos Republicanos ilustres do concelho; -----

- Convidar investigadores para elaborarem a monografia sobre duas figuras ilustres e proferirem a conferência na "Jornada das Celebrações"; -----

- Coordenar com os Serviços Educativos do Museu do Douro a produção e exposição dos materiais para as exposições; -----

- Coordenar a realização da "Jornada de Celebração dos Republicanos Ilustres do Concelho"; -----

- Apoiar a divulgação pública da iniciativa e dos trabalhos a ela ligados. -----

Considerando que o Município de Chaves, caso pretenda associar-se a este projecto deve assegurar: -----

- A disponibilização do espaço para a realização da Exposição; -----

- A disponibilização do espaço para a realização da Conferência, em data a agendar, entre Fevereiro e Junho; -----

- Dar apoio logístico na realização das mencionadas actividades; ---

- Apoiar financeiramente o projecto, no valor de 1.000,00€ (Mil euros), para a realização do programa apresentado pela Associação Cívica e Cultural Antão de Carvalho. -----

Face ao exposto, havendo toda a conveniência em que o Município de Chaves se associe a tal comemoração, efeméride a que Chaves está profundamente ligada, pois foi e é berço de ilustres republicanos, e merecendo esta proposta concordância, para que o processo de adesão se efective sob o ponto de vista formal, tomo a liberdade de propor os seguintes procedimentos: -----

**a)** A autarquia associar-se ao evento em causa, nos moldes supra referidos; -----

**b)** Proceder à assinatura do Protocolo de Cooperação entre a Associação Cívica e Cultural Antão de Carvalho, o Museu do Douro e a Câmara Municipal de Chaves, legitimando desde já o Senhor Presidente da Câmara para proceder à sua assinatura; -----

**c)** Assumir financeiramente os gastos estipulados em 1.000,00€ (mil euros) vertidos na conta com o NIB 0045 2230 40232509049 93, pagamento que deve ser efectuado até à data da realização da referida Jornada; -----

**d)** Que este assunto seja agendado para a próxima reunião de Câmara, para que esta possa também sancionar a respectiva assinatura do protocolo. -----

À Consideração Superior, -----

O Director de Departamento Sócio-Cultural -----

(Dr. António Ramos) -----

**Anexo:** Minuta do Protocolo de Cooperação entre a Associação Cívica e Cultural Antão de Carvalho e a Câmara Municipal de Chaves -----

**PROTOCOLO** -----

**ASSOCIAÇÃO CÍVICA E CULTURAL ANTÃO DE CARVALHO** -----

**MUSEU DO DOURO** -----

**CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES** -----

Projecto: Celebrações do I Centenário da República - Republicanos  
Durienses E Transmontanos -----

**PREÂMBULO** -----

Em 2010, Portugal mobiliza-se para as "Comemorações do Centenário da República", sob os auspícios da Comissão Nacional. Em parceria, a de Associação Cívica e Cultural Antão Carvalho (ACCAC) e o Museu do Douro (MD) participam nelas com o Projecto Celebrações do I Centenário da República - Republicanos Durienses e Transmontanos.

Nele procuram envolver Autarquias e Escolas, contando já com o apoio da Comissão Nacional, da Delegação Regional da Cultura do Norte e dos Governos Cívicos da Região. -----

**DESENVOLVIMENTO** -----

A Associação Cívica e Cultural Antão de Carvalho, representada pelo seu Presidente, José Esteves Rei, o Museu do Douro, representado pelo seu Director, Fernando Maia Pinto e a Câmara Municipal de Chaves, representada pelo seu Presidente, João Gonçalves Martins Batista, interessados no desenvolvimento de actividades no âmbito do Projecto supramencionado, em anexo, decidem estabelecer o presente protocolo. -----

Considerando a importância estratégica que as "Comemorações do Centenário da República", assumem no processo formativo das populações enquanto meio de aprofundamento da consciência cívica dos cidadãos; -----

Considerando a intrínseca função cívica e cultural da ACCAC e do MD, enquanto pólos avançados de estudo e de acção humanística e artística; -----

Considerando a responsabilidade de uma Câmara Municipal enquanto centro de dinamização e promoção de actividades culturais; -----

O presente protocolo de cooperação interinstitucional visa: -----

## 1.- Objectivos: -----

1.1. Homenagear as figuras do Concelho ligadas à implantação da República, através da realização de uma "Jornada de Celebração dos Republicanos do Concelho" -----

1.2. Produzir uma monografia sobre dois deles a divulgar sob a forma de conferência a ter lugar num espaço público da autarquia e integrada na Jornada referida no ponto anterior. -----

1.3. Mobilizar as Escolas para participarem na vivência do tema e na produção de trabalhos a serem expostos na Escola, ao longo do ano, na sede da Autarquia, aquando da "Jornada de Celebração dos Republicanos do Concelho", e no Museu do Douro, a partir do dia 5 de Outubro. -----

## 2.- Realização de Actividades: -----

2.1. Organizar e realizar a "Jornada de Celebração dos Republicanos Ilustres do Concelho" destinada à população da autarquia e cujo programa compreende: -----

14h30 - Arruada, com banda ou fanfarra -----

15h00 - Inauguração da Exposição: Republicanos Ilustres do Concelho

- Tomada da palavra pelos Representantes da Associação e da Autarquia -----

15h30 - Conferência sobre o tema, "República e Republicanos Ilustres do Concelho" num espaço nobre e aberta à população, por conferencista a convidar -----

16h30 - Encerramento -----

## 3. - Estabelecem e assumem entre si o seguinte: -----

## 3.1 - A ACCAC: -----

3.1.1.- A disponibilização programada dos seus serviços e da sua rede de contactos institucionais e profissionais para o levantamento dos Republicanos ilustres do Concelho; o convite a investigadores para elaborarem a monografia sobre os dois representativos e proferirem a conferência na "Jornada das Celebrações". -----

3.1.2 - Coordenação da realização da "Jornada de Celebração dos Republicanos Ilustres do Concelho". -----

3.1.3. Apoio à divulgação pública da iniciativa e dos trabalhos a ela ligados. -----

3.2 - O Museu do Douro -----

3.2.1. Coordenação, pelos seus Serviços Educativos, da produção e da exposição dos materiais para as exposições referidas em 1.3.-----

3.2.2. Apoio à divulgação pública da iniciativa e dos trabalhos a ela ligados. -----

3.3 - A Câmara Municipal de Chaves: -----

3.3.1 - Disponibilização do espaço nobre da Autarquia para a realização da "Exposição: Republicanos Ilustres do Concelho" e apoio à montagem e realização da mesma. -----

3.3.2 - Disponibilização do espaço nobre da Autarquia para a realização da Conferência sobre o tema, "República e Republicanos Ilustres do Concelho", entre Fevereiro e Junho, em data a programar.

3.3.3 - Apoio financeiro de 1.000.00€ à ACCAC para o NIB 0045 2230 40232509049 93, até à data da realização da referida "Jornada de Celebração dos Republicanos Ilustres do Concelho". -----

3.3.4. Apoio logístico à organização desta, relativamente à Exposição, à Conferência e à Arruada. -----

Peso da Régua, 6 de Janeiro de 2010 -----

**ASSINATURA DOS LEGÍTIMOS RESPONSÁVEIS DAS INSTITUIÇÕES** -----

O Presidente da Associação Cívica e Cultural Antão de carvalho, ----

José Esteves Rei -----

O Director do Museu do Douro, -----

Fernando Maia Pinto -----

O Presidente da Câmara Municipal de Chaves, -----

João Gonçalves Martins Batista -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2010.01.13** -----

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## IV

**PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:**

## V

**ACÇÃO SOCIAL:**

## VI

**PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:**

1- **PLANEAMENTO**

**1.1. PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE CHAVES NA ÁREA DA QUINTA DOS MONTALVÕES - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO-INFORMAÇÃO DA D.O.T.P.U., DA ARQ. JOANA RODRIGUES, DE 13-01-2010 ---**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Informação/Proposta: -----

1- Âmbito -----

A presente proposta insere-se no âmbito do ordenamento do território e visa levar ao conhecimento do Executivo Municipal as razões de facto e de direito que consubstanciam a necessidade e a oportunidade de se promover a suspensão parcial do Plano Director Municipal (PDM) de Chaves na área da Quinta dos Montalvões, localizada na freguesia de Outeiro Seco e a obrigatoriedade de se estabelecerem Medidas Preventivas com vista à implementação do Parque de Ciência e Tecnologia de Chaves (PCTC).-----

2- Contextualização da proposta -----

2.1- A Autarquia pretende implementar o Parque de Ciência e Tecnologia de Chaves (PCTC), como uma unidade territorial urbanisticamente organizada e infra-estruturada, dotada de espaços ambientalmente integrados, para acolher a instalação de equipamentos públicos e/ou privados, com as seguintes componentes programáticas:-

(i) Ensino Superior -----

Esta componente inclui: A Escola de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado (já instalada), instalações para uma Escola Superior de Saúde e para a UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Pólo de Chaves), bem como para uma unidade de Residência de Estudantes.-----

(ii) Saúde e Bem-estar -----

Esta componente inclui: as instalações do projecto AQUAE, da Rede EcoCitras, que engloba um Observatório de Turismo e Termalismo, um Laboratório Ambiental e um Laboratório de Reabilitação Física; uma Unidade de Cuidados Continuados e Paliativos; um Centro de Doentes de Alzheimer; uma Clínica e um Centro de Gestão (serviços e comércio) relacionado com a Saúde e Bem-estar.-----

(iii) Ciência e tecnologia -----

Nesta componente prevê-se a disponibilização de áreas e/ou a construção de edifícios para instalações destinadas a empresas I&D, preferencialmente relacionadas com as temáticas presentes no PCTC e/ou com as do Parque Empresarial de Chaves.-----

(iv) Saúde/Apoio Social -----

Esta componente, com forte relação com a componente de Saúde e Bem-estar, inclui a construção de equipamentos/instalações de apoio à terceira idade e à deficiência, incluindo desde já os seguintes compromissos: um Lar de 3ª Idade e Centro de Dia a promover pela Associação Mãos Amigas, a candidatar a fundos comunitários através do programa "PARES" e um Centro de Apoio a Deficientes do Alto Tâmega, a promover Associação Flor do Tâmega, incluindo um centro de actividades ocupacionais, um lar residencial com serviço de apoio domiciliário e uma residência autónoma. -----

2.2- Com a implementação do Parque de Ciência e Tecnologia de Chaves visa-se alcançar os seguintes objectivos gerais:-----

(i) Contribuir para a estruturação do sistema urbano sub-regional, constituído pela da NUT- III Alto Trás-os-Montes e a Província de Ourense, e reforçar o policentrismo regional;-----

(ii) Promover a qualificação funcional da conurbação transfronteiriça constituída pela Eurocidade Chaves-Verín em termos de prestação de serviços especializados de termalismo, saúde e bem-

estar, apoio social, bem como na criação de condições de instalação de empresas I&D;-----

(iii) Reforçar a rede regional de instituições de ensino superior, de I & D e de centros tecnológicos, em articulação com iniciativas empresariais do território transfronteiriço alargado;-----

(iv) Contribuir para a melhoria da urbanidade da cidade de Chaves e da sustentabilidade do desenvolvimento local, na perspectiva do ordenamento do território, da qualidade ambiental, da promoção do empreendedorismo, da criação de oportunidades e da solidariedade social.-----

2.3- Na perspectiva mais local, com a implementação do PCTC visam-se os seguintes objectivos específicos: -----

(i) Reforçar o ensino superior em Chaves; -----

(ii) Criar um Centro de Competências em Turismo, Termalismo, Saúde e Bem-estar;-----

(iii) Ampliar a oferta de equipamentos de apoio social nas valências da terceira idade e da deficiência; -----

(iv) Promover a criação de condições de atracção de empresas de I&D

2.4- A área escolhida pela Autarquia para instalação do PCTC localiza-se a nordeste da cidade de Chaves, na freguesia de Outeiro Seco, mais precisamente no local designado por Quinta dos Montalvões, propriedade da Câmara. -----

2.5- Contudo, de acordo com a Carta de Ordenamento nº 34B do PDM, a área em causa (Quinta dos Montalvões) insere-se em Solo de Classe 4 (espaços agrícolas e florestais), estando maioritariamente integrada na Categoria 4.3 (espaços agro-florestais), Sub-categoria 4.3 A (espaços Agro-Florestais comuns), com excepção de uma pequena faixa (do lado noroeste), que é abrangida pela Categoria 4.2 (espaços agrícolas), Sub-categoria 4.2 A (espaços Agrícolas Defendidos - RAN). -----

2.6- De acordo com nº 1 do artigo 34º do Regulamento do PDM em vigor, em termos gerais, os solos integrantes desta classe (Classe 4 - espaços agrícolas e florestais), salvo algumas situações específicas previstas no regulamento e outras excepções consignadas na lei geral, quando aplicáveis, "não podem ser objecto de quaisquer acções que diminuam ou destruam as suas potencialidades". -----

2.7- Embora o nº 4 do referido artigo 34º salvguarde uma excepção aos condicionamentos mencionados, nomeadamente à realização de "construção de equipamentos, instalações ou infra-estruturas de interesse público reconhecido formalmente pelo município e por todas as entidades com jurisdição sobre a área em que se localizem, e desde que de acordo com as exigências da legislação aplicável a cada situação", estando impedida a realização de operação de loteamento, fica irremediavelmente comprometida a possibilidade de realização do PCTC. -----

2.8- Ao impedimento de realizar operações de loteamento na classe de solo em causa, acrescem outras regras de uso e ocupação previstas no regulamento do PDM, que limitam e condicionam a construção de equipamentos e infra-estruturas de interesse público previstas no artigo 39º, quando estas integrarem instalações destinadas ao alojamento ou à permanência continuada de pessoas. Tais condicionamentos encontram-se previstos de forma combinada: nas alíneas a), b) e c) do nº 2, do artigo 38º; nas alíneas a), b) e c) do nº 2 do artigo 35º; nº 1, alíneas b) a f) do N° 2 e nº 4 do artigo 37º. -----

2.9- Face a tais condicionalismo do PDM vigente e considerando que:-

2.9.1- O Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, estabelece no n.º 1 do artigo 93º que "os instrumentos de gestão territorial podem ser objecto de alteração, de correcção material, de rectificação, de revisão e de suspensão".-----

2.9.2- O n.º 4 do mesmo artigo 93º estabelece que "a suspensão dos instrumentos de gestão territorial pode decorrer da verificação de circunstâncias excepcionais que se repercutam no ordenamento do território pondo em causa a prossecução de interesses públicos relevantes".-----

2.9.3- O regime estabelece no n.º 8 do artigo 96º que "a suspensão dos instrumentos de gestão territorial é sempre instruída com a colaboração da comissão de coordenação e desenvolvimento regional".-----

2.9.4- Segundo a alínea b), do n.º 2, do artigo 100º, a Suspensão, pode ser total ou parcial, podendo ser determinada "por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal (...)";-----

2.9.5- Segundo o n.º 8 do artigo 100º, a suspensão de plano prevista na alínea b), do n.º 2, do artigo 100º, "implica obrigatoriamente o estabelecimento de medidas preventivas e a abertura de procedimento de elaboração, revisão ou alteração de plano municipal de ordenamento do território para a área em causa, em conformidade com a decisão tomada pelo município".-----

2.10- Conclui-se assim que:-----

2.10.1 - A via mais célere para se alcançarem as condições que permitam promover a aprovação das operações urbanísticas subjacentes ao programa do Parque de Ciência e Tecnologia de Chaves, sem risco da eventual perda do financiamento dos equipamentos mencionados, é a suspensão parcial do PDM;-----

2.10.2- A suspensão do PDM na área circunscrita à Quinta dos Montalvões é justificada nos termos do n.º 4 do artigo 93º do Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.-----

2.10.3- O estabelecimento de Medidas Preventivas para a referida área, cujas disposições regulamentares constam em documento anexo, embora não sendo necessárias por se tratar de uma área propriedade da Autarquia, tornam-se obrigatórias, de acordo com o estabelecido no n.º 8 do artigo 100º do mesmo diploma legal; -----

2.10.4- Também, por imposição do mesmo n.º 8 do artigo 100º do referido regime, a suspensão de plano prevista na alínea b), do n.º 2, do artigo 100º, torna obrigatório proceder à "abertura de procedimento de elaboração, revisão ou alteração de plano municipal de ordenamento do território para a área em causa, em conformidade com a decisão tomada pelo Município"; -----

2.10.5- Sem prejuízo de se promover a realização das operações urbanísticas previstas no programa do PCTC que revistam carácter de urgência, enquadradas pelas Medidas Preventivas que se pretendem aprovar em articulação com as disposições legais combinadas, previstas no n.º 3 do artigo 7º e no n.º 1 do artigo 42º da Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro<sup>1</sup>, dever-se-á dar andamento aos processos de revisão do PDM e de elaboração do Plano de Pormenor do Parque de Ciência e Tecnologia de Chaves.-----

3- Proposta de decisão.-----

---

<sup>1</sup> Diploma que procede à sexta alteração ao Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação. -----

Com base no exposto, e com vista à criação de condições legais tendentes à implementação do Parque de Ciência Tecnologia de Chaves, propõe-se ao Sr. Vereador, Arq. António Cabeleira que adopte decisão de submeter ao Executivo Municipal a proposta anexa a esta informação, que consubstancia a fundamentação da necessidade e da oportunidade de se promover a suspensão parcial do PDM na área da Quinta dos Montalvões, localizada em Outeiro Seco, bem como a proposta de Medidas Preventivas, para que seja deliberado no seguinte sentido:-----

3.1- Aprovar a "Proposta de Suspensão Parcial do Plano Director Municipal de Chaves na Área da Quinta dos Montalvões - Freguesia de Outeiro Seco", a qual se anexa a esta informação, dando início ao respectivo procedimento nos termos estabelecidos pelo regime jurídico aplicável, Decreto-lei nº 380/99, de 22 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro; -----

3.2- Aprovar a "Proposta de Medidas Preventivas" para a área do território em causa, a qual também se anexa à presente informação; -

3.3- Caso sejam aprovados os documentos em causa, decidir promover a solicitação de emissão de parecer junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), dando cumprimento ao que se encontra estabelecido nas disposições combinadas previstas, respectivamente, no nº 4 e nº 5 do artigo 100.º e nº 4 do artigo 109.º do mesmo diploma legal, com vista a ser instruída a proposta de suspensão e proposta das medidas preventivas, as quais deverão ser apresentadas pela Câmara à Assembleia Municipal, conforme previsto no nº 7 do artigo 100.º. -----

À consideração do Senhor Vereador Arq. António Cabeleira -----

**PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE CHAVES NA ÁREA DA QUINTA DOS MONTALVÕES - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO -----**

**1- ÂMBITO -----**

A presente proposta insere-se no âmbito do ordenamento do território e visa levar ao conhecimento do Executivo Municipal as razões de facto e de direito que consubstanciam a necessidade e a oportunidade de se promover a suspensão parcial do Plano Director Municipal (PDM) de Chaves na área da Quinta dos Montalvões, localizada na freguesia de Outeiro Seco e a obrigatoriedade de se estabelecerem Medidas Preventivas. -----

**2- ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL -----**

**2.1- Da suspensão de plano municipal -----**

2.1.1- No que respeita à dinâmica dos planos, o Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº46/2009, de 20 de Fevereiro, estabelece no nº 1 do artigo 93º que "os instrumentos de gestão territorial podem ser objecto de alteração, de correcção material, de rectificação, de revisão e de suspensão". -----

2.1.2- O nº 4 do mesmo artigo 93º estabelece que "a suspensão dos instrumentos de gestão territorial pode decorrer da verificação de circunstâncias excepcionais que se repercutam no ordenamento do território pondo em causa a prossecução de interesses públicos relevantes". -----

2.1.3- Quanto ao procedimento, o regime estabelece no nº 8 do artigo 96º que "a suspensão dos instrumentos de gestão territorial é sempre



instruída com a colaboração da comissão de coordenação e desenvolvimento regional". -----

2.1.4- No que respeita à determinação da Suspensão, segundo a alínea b), do n.º 2, do artigo 100º, esta pode ser total ou parcial, podendo ser determinada "por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, quando se verifiquem circunstâncias excepcionais resultantes de alteração significativa das perspectivas de desenvolvimento económico e social local ou de situações de fragilidade ambiental incompatíveis com a concretização das opções estabelecidas no plano". -----

2.1.5- Segundo o n.º 3 do artigo 100º, a deliberação em causa deve "conter a fundamentação, o prazo e a incidência territorial da suspensão, bem como indicar expressamente as disposições suspensas".

2.1.6- No que respeita a emissão de pareceres de entidades externas ao Município no âmbito do procedimento de suspensão, o artigo 100º estabelece no n.º 4 que "a proposta de suspensão prevista na alínea b) do n.º 2 do presente artigo é objecto de parecer<sup>2</sup> da comissão de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competente, que incide apenas sobre a sua conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis". -----

2.1.7- De acordo com o n.º 7 do mesmo artigo 100º, "o parecer da comissão de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competente, quando emitido, acompanha a proposta de suspensão de plano municipal de ordenamento do território apresentada pela câmara municipal à assembleia municipal". -----

## **2.2- Das Medidas Preventivas** -----

### **2.2.1- A obrigatoriedade** -----

2.2.1.1- Segundo o n.º 8 do artigo 100º, a suspensão de plano prevista na alínea b), do n.º 2, do artigo 100º, "implica obrigatoriamente o estabelecimento de medidas preventivas e a abertura de procedimento de elaboração, revisão ou alteração de plano municipal de ordenamento do território para a área em causa, em conformidade com a decisão tomada pelo município". -----

### **2.2.2- O âmbito material** -----

2.2.2.1- No que respeita ao âmbito material das medidas preventivas, o n.º 4 do artigo 107º do regime em causa<sup>3</sup>, estabelece que "podem consistir na proibição, na limitação ou na sujeição a parecer vinculativo das seguintes acções: -----

a) Operações de loteamento e obras de urbanização, de construção, de ampliação, de alteração e de reconstrução, com excepção das que estejam isentas de procedimento de licenciamento ou comunicação prévia; -----

b) Obras de construção civil, ampliação, alteração e reconstrução, com excepção das que estejam isentas de procedimento de licenciamento ou comunicação prévia; -----

c) Trabalhos de remodelação de terrenos; -----

---

<sup>2</sup> Segundo o n.º 5 do artigo 100º "O parecer referido no número anterior é emitido no prazo improrrogável de 30 dias, podendo a comissão de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competente proceder à realização de uma conferência de serviços com entidades representativas dos interesses a ponderar, de acordo com o disposto no artigo 75.º -B, com as necessárias adaptações". -----

<sup>3</sup> Redacção dada pela alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 181/2009 de 7 de Agosto -----

d) Obras de demolição de edificações existentes, excepto as que, por regulamento municipal, possam ser dispensadas de licença ou autorização; -----

e) Derrube de árvores em maciço ou destruição do solo vivo e do coberto vegetal". -----

2.2.2.2- Segundo o n° 5 do mesmo artigo 107°, "as medidas preventivas abrangem apenas as acções necessárias para os objectivos a atingir, que deverão ser o mais determinadas possível, de acordo com as finalidades do plano", prevendo o n° 8 do mesmo artigo que, "quando as medidas preventivas envolvam a sujeição a parecer vinculativo, o órgão competente para o seu estabelecimento determinará quais as entidades a consultar". -----

### **2.2.3- A competência e o procedimento** -----

2.2.3.1- No que respeita às competências e ao procedimento relacionados com o estabelecimento de medidas preventivas, o regime jurídico estabelece no n° 1 do artigo 109° que " compete à assembleia municipal, mediante proposta da câmara municipal, estabelecer medidas preventivas de garantia da elaboração e execução dos planos municipais de ordenamento do território", determinando no seu n° 3 que "a proposta de estabelecimento de medidas preventivas relativas a planos municipais de ordenamento do território é objecto de parecer da comissão de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competente". -----

2.2.3.2- De acordo com o estabelecido no n° 4 do mencionado artigo 109°, "nos casos em que as medidas preventivas são estabelecidas como consequência da suspensão dos planos municipais de ordenamento do território, a comissão de coordenação e desenvolvimento regional emite um único parecer, para efeitos do número anterior e do n.º 4 do artigo 100.º", ou seja, no que respeita à proposta de suspensão e às medidas preventivas a submeter à Assembleia Municipal. -----

2.2.3.3- Conforme estabelecido no n° 6 do artigo 109°, "na elaboração de medidas preventivas a entidade competente está dispensada de dar cumprimento aos trâmites da audiência dos interessados ou de discussão pública", contudo, de acordo com o n° 7, a deliberação municipal referida no n.º 1, do artigo 109°, está sujeita a publicação nos termos do artigo 148.º<sup>4</sup>-----

### **2.2.4- O limite das medidas preventivas** -----

2.2.4.1- De acordo com o estabelecido no n° 1, do artigo 110° do regime jurídico, " o estabelecimento de medidas preventivas deve ser limitado aos casos em que fundadamente se preveja ou receie que os prejuízos resultantes da possível alteração das características do local sejam socialmente mais gravosas do que os inerentes à adopção das medidas", prevendo o n° 2 que se " deve demonstrar a respectiva necessidade, bem como esclarecer as vantagens e os inconvenientes de ordem económica, técnica, social e ambiental consequentes da sua adopção". -----

2.2.4.2- Estabelece ainda o n° 3 que, "quando o estado dos trabalhos de elaboração ou revisão dos planos o permita, deve a entidade competente para o estabelecimento de medidas preventivas precisar

---

<sup>4</sup> De acordo com o n° 4 do artigo 148° do RJIGT, são publicados na 2.ª série do Diário da República: -----

"f) A deliberação municipal que suspende plano municipal de ordenamento do território, incluindo o texto das medidas preventivas respectivas e a planta de delimitação." -----

*quais são as disposições do futuro plano cuja execução ficaria comprometida na ausência daquelas medidas". -----*

#### **2.2.5- O âmbito territorial -----**

De acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 111.º do regime jurídico, "a área sujeita às medidas preventivas deve ter a extensão que se mostre adequada à satisfação dos fins a que se destina" competindo, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo, à entidade competente para o seu estabelecimento proceder à delimitação da área a abranger. -----

#### **2.2.6- O âmbito temporal -----**

Conforme previsto no n.º 1 do artigo 112.º do regime jurídico, " o prazo de vigência das medidas preventivas será fixado no acto que as estabelecer, não podendo ser superior a dois anos, prorrogável por mais um, quando tal se mostre necessário". -----

### **3- JUSTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE E DA OPORTUNIDADE DA SUSPENSÃO PARCIAL DO PDM -----**

#### **3.1- Âmbito do programa funcional que se pretende implementar -----**

3.1.1- A Câmara Municipal de Chaves pretende implementar o Parque de Ciência e Tecnologia de Chaves (PCTC), como uma unidade territorial urbanisticamente organizada e infra-estruturada, dotada de espaços ambientalmente integrados, para acolher a instalação de equipamentos públicos e/ou privados, com as seguintes componentes programáticas:

##### **(i) Ensino Superior -----**

Esta componente inclui: A Escola de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado (já instalada), instalações para uma Escola Superior de Saúde e para a UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Pólo de Chaves), bem como para uma unidade de Residência de Estudantes. -----

##### **(ii) Saúde e Bem-estar -----**

Esta componente inclui: as instalações do projecto AQUAE, da Rede EcoCitras, que engloba um Observatório de Turismo e Termalismo, um Laboratório Ambiental e um Laboratório de Reabilitação Física; uma Unidade de Cuidados Continuados e Paliativos; um Centro de Doentes de Alzheimer; uma Clínica e um Centro de Gestão (serviços e comércio) relacionado com a Saúde e Bem-estar. -----

##### **(iii) Ciência e tecnologia -----**

Nesta componente prevê-se a disponibilização de áreas e/ou a construção de edifícios para instalações destinadas a empresas I&D, preferencialmente relacionadas com as temáticas presentes no PCTC e/ou com as do Parque Empresarial de Chaves. -----

##### **(iv) Saúde/Apoio Social -----**

Esta componente, com forte relação com a componente de Saúde e Bem-estar, inclui a construção de equipamentos/instalações de apoio à terceira idade e à deficiência, incluindo desde já os seguintes compromissos: um Lar de 3.ª Idade e Centro de Dia a promover pela Associação Mãos Amigas, a candidatar a fundos comunitários através do programa "PARES" e um Centro de Apoio a Deficientes do Alto Tâmega, a promover Associação Flor do Tâmega, incluindo um centro de actividades ocupacionais, um lar residencial com serviço de apoio domiciliário e uma residência autónoma. -----

#### **3.2- Objectivos estratégicos a atingir com implementação do PCTC ---**

3.2.1- A localização geo-estratégica da cidade de Chaves no contexto do sistema urbano sub-regional transfronteiriço, constituído pela da NUT-III Alto Trás-os-Montes e a Província de Ourense, conjugada com a dinâmica criada em torno da Eurocidade Chaves-Verín, com a melhoria da acessibilidade criada pela A24, que brevemente se conectará à A52 do lado da Galiza, com os empreendimentos em curso e

previstos no Parque Empresarial de Chaves, com as acções de regeneração urbana da cidade, com os empreendimentos no âmbito do turismo, do termalismo, saúde e bem-estar, constituem fortes argumentos para justificar a sustentável viabilidade da implementação do Parque de Ciência e Tecnologia de Chaves. -----

3.2.2- Neste enquadramento, com a implementação do Parque de Ciência e Tecnologia de Chaves visam-se alcançar os **seguintes objectivos**

**gerais:** -----

(i) Contribuir para a estruturação do sistema urbano sub-regional, constituído pela da NUT- III Alto Trás-os-Montes e a Província de Ourense, e reforçar o policentrismo regional; -----

(ii) Promover a qualificação funcional da conurbação transfronteiriça constituída pela Eurocidade Chaves-Verín em termos de prestação de serviços especializados de termalismo, saúde e bem-estar, apoio social, bem como na criação de condições de instalação de empresas I&D; -----

(iii) Reforçar a rede regional de instituições de ensino superior, de I & D e de centros tecnológicos, em articulação com iniciativas empresariais do território transfronteiriço alargado; -----

(iv) Contribuir para a melhoria da urbanidade da cidade de Chaves e da sustentabilidade do desenvolvimento local, na perspectiva do ordenamento do território, da qualidade ambiental, da promoção do empreendedorismo, da criação de oportunidades e da solidariedade social. -----

3.2.3-.Constituem-se como **objectivos específicos:** -----

(i) Reforçar o ensino superior em Chaves; -----

(ii) Criar um Centro de Competências em Turismo, Termalismo, Saúde e Bem-estar; -----

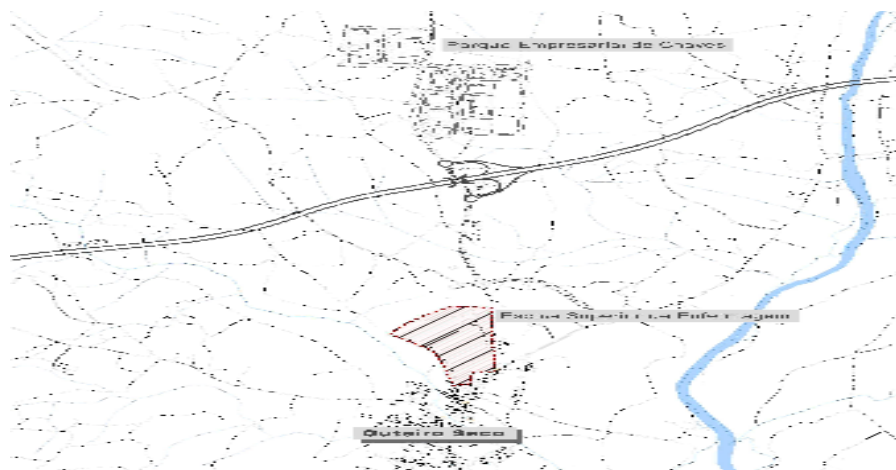
(iii) Ampliar a oferta de equipamentos de apoio social nas valências da terceira idade e da deficiência; -----

(iv) Promover a criação de condições de atracção de empresas de I&D -----

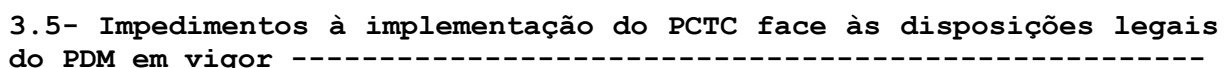
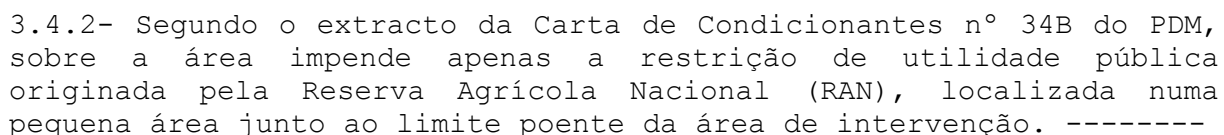
**3.3- Localização e caracterização da área escolhida para a instalação do PCTC** -----

3.3.1- A área escolhida pela Câmara Municipal para instalação do PCTC localiza-se a nordeste da cidade de Chaves, na freguesia de Outeiro Seco, mais precisamente no local designado por Quinta dos Montalvões, propriedade da Câmara. -----

3.3.2- A área da Quinta tem cerca de 13,17 hectares, sendo limitada a norte e a sul por terrenos privados, a nascente pela Estrada Municipal 506, que liga o aglomerado de Outeiro Seco ao Nó da A24 e ao Parque Empresarial de Chaves (situado a norte), e a poente por caminhos públicos secundários e por terrenos privados. -----



3.4.1- De acordo com a Carta de Ordenamento nº 34B do PDM, a área de intervenção (Quinta dos Montalvões) insere-se em Solo de Classe 4 (espaços agrícolas e florestais), estando maioritariamente integrada na Categoria 4.3 (espaços agro-florestais), Sub-categoria 4.3 A (espaços Agro-Florestais comuns), com excepção de uma pequena faixa (do lado noroeste), que é abrangida pela Categoria 4.2 (espaços agrícolas), Sub-categoria 4.2 A (espaços Agrícolas Defendidos - RAN). -----



3.5.1- De acordo com n° 1 do artigo 34° do Regulamento do PDM em vigor, em termos gerais, os solos integrantes desta classe (Classe 4 - espaços agrícolas e florestais), salvo algumas situações específicas previstas no regulamento e outras excepções consignadas na lei geral, quando aplicáveis, *"não podem ser objecto de quaisquer acções que diminuam ou destruam as suas potencialidades"*. -----

3.5.2- O nº 2 do mesmo artigo 34º estabelece que *"nos espaços que integram esta classe não é permitida a realização de operações de loteamento urbano"*, enquanto que do nº 3 se extrai que *"as áreas pertencentes a qualquer das categorias desta classe integradas na Reserva Agrícola Nacional"* se subordinam aos respectivo regime e seus condicionamentos, cumulativamente com as disposições do Regulamento do PDM. -----

3.5.3- Embora o nº 4 do referido artigo 34º salvasse uma excepção aos condicionamentos previstos nos números anteriores, nomeadamente *"a construção de equipamentos, instalações ou infra-estruturas de interesse público reconhecido formalmente pelo município e por todas as entidades com jurisdição sobre a área em que se localizem, e desde que de acordo com as exigências da legislação aplicável a cada situação"*, estando impedida a realização de operação de loteamento, fica irremediavelmente comprometida a possibilidade de realização do PCTC. -----

3.5.4- Ao impedimento de realizar operações de loteamento na classe de solo em causa, acrescem outras regras de uso e ocupação previstas no regulamento do PDM que limitam e condicionam a construção de equipamentos e infra-estruturas de interesse público, previstas no artigo 39º, quando estas integrarem instalações destinadas ao alojamento ou à permanência continuada de pessoas. Tais condicionamentos encontram-se previstos de forma combinada: nas alíneas a), b) e c) do nº 2, do artigo 38º; nas alíneas a), b) e c) do nº 2 do artigo 35º; nº 1, alíneas b) a f) do N° 2 e nº 4 do artigo 37º. -----

**3.6- Justificação da necessidade da promoção da Suspensão Parcial do PDM enquanto decorre o processo de Revisão e outros PMOTs relacionados com a mesma área e com os mesmos objectivos.** -----

3.6.1- Este procedimento de suspensão parcial do Plano Director Municipal decorrerá em simultâneo com o seu procedimento de revisão, deliberado em reunião de Câmara de 2 de Setembro de 2002 e publicado no Diário da República nº 267, Apêndice nº 146 - II Série, de 19 de Novembro de 2002, Aviso nº 9570/2002 (2ª série), de 10 de Outubro de 2002. -----

3.6.2- No âmbito de tal processo de Revisão, tornou-se necessário utilizar o mecanismo de suspensão parcial do PDM e o estabelecimento de medidas preventivas<sup>5</sup> para um área territorial que se estendia desde o actual Parque Empresarial de Chaves (a Norte) até ao local onde se construiu o Casino-Hotel Solverde (a Sul). -----

3.6.3- Tais medidas preventivas, que vigoraram durante 2 anos (entre o ano 2003 e 2005), permitiram a realização de empreendimentos considerados importantes para o desenvolvimento local, como é o caso da 1ª fase do Parque Empresarial de Chaves, cujas regras de usos e ocupação do solo do PDM em vigor não permitiam realizar. -----

3.6.4- Na referida área foi incluída a Quinta dos Montalvões, para a qual se pretende promover agora a suspensão parcial do PDM, a qual participou também na área de intervenção do "Plano de Urbanização da Zona Urbana Norte da Cidade de Chaves", cujo processo se despoletou em Janeiro de 2004. -----

3.6.4- Este Plano de Urbanização, que visava a viabilização urbanística do Parque Empresarial de Chaves e a expansão do aglomerado urbano de Outeiro Seco, tinha igualmente como objectivo a criação de condições para a implementação de um Tecnopólo e de um

---

<sup>5</sup> Resolução do Conselho de Ministros nº 138/2003, 29 de Agosto de 2003. -----

Campus Universitário, abrangendo uma área aproximada 114 hectares, localizada entre Outeiro Seco e o Parque Empresarial. -----

3.6.5- A extensão da área do Plano, a diversidade/complexidade programática do mesmo, a urgência que estava subjacente à criação de condições urbanísticas para a ampliação do Parque Empresarial e a alteração dos pressupostos programáticos e territoriais (localização) do Parque Tecnológico (agora designado por Parque de Ciência e Tecnologia de Chaves), contribuíram para que se suspendesse a elaboração do Plano de Urbanização e para que a Autarquia decidisse promover dois procedimentos distintos: -----

(i) Em 20 de Março de 2008, dar início à alteração do Plano Director Municipal de Chaves (PDM), circunscrita à área do Parque Empresarial de Chaves e respectiva envolvente, com o objectivo de viabilizar ampliações do Parque de Actividades e da Plataforma Logística, o qual se encontra já na fase de aprovação final; -----

(ii) Em 21 de Maio de 2008, dar início a um Plano de Pormenor designado "Plano de Pormenor do Parque de Ciência e Tecnologia de Chaves", tendo já decorrido o período de participação preventiva, encontrando-se de momento a ser desenvolvida a respectiva proposta de Plano; -----

3.6.6- Face a esta realidade, e pese embora tenham sido encetados procedimentos tendentes à criação, em tempo útil, das condições urbanísticas para a implementação do Parque de Ciência e Tecnologia de Chaves, considera-se que nem o próprio Plano de Pormenor se poderá concluir e tornar eficaz em tempo útil, de forma a permitir concretizar os equipamentos previstos sem perder a oportunidade de financiamento dos mesmos, com particular destaque para aqueles que já possuem financiamentos protocolados, como é o caso dos equipamentos seguintes: -----

(i) Unidade AQUAE (Centro de Competências em Turismo, Termalismo Saúde e Bem-estar). Este equipamento, a promover pela Autarquia, surge no âmbito de uma Candidatura ao "Eixo Prioritário IV- Qualificação do Sistema Urbano", do Programa Operacional Regional do Norte (2007-2013), integrado na "Rede Ecocitras- Rede de Cidades Ecológicas e Inovadoras de Trás-os-Montes". A candidatura já foi aprovada e prevê a construção deste equipamento a curto prazo, o qual é vocacionado para a formação de competências e divulgação do conhecimento científico e experimental, através do desenvolvimento de actividades em torno da utilização sustentável da água, envolvendo sobretudo as temáticas do turismo, do termalismo, da saúde e do bem-estar e procura desenvolver sinergias com outros sectores, tal como a Escola de Enfermagem. -----

(ii) O Lar de 3ª Idade e Centro de Dia. Este equipamento, a promover pela Associação Mãos Amigas com financiamento de fundos comunitários através do programa "PARES", tem já o projecto concluído e pré-aprovado pela Autarquia, para o qual foi disponibilizado o respectivo terreno integrado no plano geral do PCTC.-----

--(iii) O Centro de Apoio a Deficientes do Alto Tâmega. A promover pela Associação Flor do Tâmega de Apoio a Deficientes, é composto por um centro de actividades ocupacionais, um lar residencial com serviço de apoio domiciliário e uma residência autónoma. Dada a natureza deste equipamento, a Autarquia decidiu, em reunião de 5 de Março de 2009, aprovar a localização e ceder o respectivo terreno, por considerar oportuno e essencial que o mesmo se implantasse neste "campus", na medida em que poderá beneficiar da proximidade da

Escola de Enfermagem existente e reforçar as valências da Saúde/Social do PCTC; -----

### **3.6.7- Conclusão:** -----

(i) A via mais célere para se alcançarem as condições que permitam promover a aprovação das operações urbanísticas subjacentes ao programa do Parque de Ciência e Tecnologia de Chaves, sem risco da eventual perda do financiamento dos equipamentos mencionados, é a suspensão parcial do PDM; -----

(ii) A suspensão do PDM na área circunscrita à Quinta dos Montalvões, a qual está delimitada nas plantas que se anexam à presente proposta, é justificada nos termos do n.º 4 do artigo 93.º do Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, quando este estabelece que "a suspensão dos instrumentos de gestão territorial pode decorrer da verificação de circunstâncias excepcionais que se repercutam no ordenamento do território pondo em causa a prossecução de interesses públicos relevantes"; -----

(iii) - O estabelecimento de Medidas Preventivas para a referida área, cujas disposições regulamentares constam em documento anexo, embora não sendo necessárias por se tratar de uma área propriedade da Autarquia, tornam-se obrigatórias, de acordo com o estabelecido no n.º 8 do artigo 100.º do mesmo diploma legal, quando estabelece que "a suspensão prevista na alínea b) do n.º 2 implica obrigatoriamente o estabelecimento de medidas preventivas (...)"; -----

(iv) Também, por imposição do mesmo n.º 8 do artigo 100.º do referido regime, a suspensão de plano prevista na alínea b), do n.º 2, do artigo 100.º torna obrigatório realizar a "abertura de procedimento de elaboração, revisão ou alteração de plano municipal de ordenamento do território para a área em causa, em conformidade com a decisão tomada pelo Município"; -----

(v) Sem prejuízo de se promover a realização de operações urbanísticas previstas no programa do PCTC, que revistam carácter de urgência, enquadradas pelas Medidas Preventivas que se pretendem aprovar, em articulação com as disposições legais combinadas, previstas no n.º 3 do artigo 7.º e no n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro<sup>6</sup>, dar-se-á andamento aos processos de revisão do PDM e de elaboração do Plano de Pormenor do Parque de Ciência e Tecnologia de Chaves, com vista a garantir: (i) a concepção da forma de ocupação do solo, estabelecendo regras sobre a implantação das infra-estruturas e o desenho dos espaços de utilização colectiva, (ii) a forma de edificação e a disciplina da sua integração na paisagem, (iii) a localização e inserção urbanística dos equipamentos de utilização colectiva e (iv) a organização espacial das demais actividades de interesse geral, de forma a permitir desenhar um espaço urbano de qualidade. -----

### **4- PRAZO DA SUSPENSÃO PARCIAL DO PDM** -----

4.1- Considerando que, quer os estudos de elaboração do Plano de Pormenor do Parque de Ciência e Tecnologia de Chaves, quer os estudos de Revisão do PDM, quer ainda o procedimento de alteração circunscrita à área do PCTC (a despoletar), poderão estar concluídos em dois anos a contar da presente data; -----

---

<sup>6</sup> Diploma que procede à sexta alteração ao Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação. -----



4.2- Considerando que, conforme previsto no n.º 1 do artigo 112.º do regime jurídico, " o prazo de vigência das medidas preventivas será fixado no acto que as estabelecer, não podendo ser superior a dois anos, prorrogável por mais um, quando tal se mostre necessário"; ---

4.3- Face ao exposto, entende-se que a suspensão parcial do PDM, objecto desta proposta, deverá ter o prazo máximo de dois anos, a contar da publicação das Medidas Preventivas, podendo cessar com a entrada em vigor da Revisão do PDM, ou da alteração deste na área em causa, ou ainda com a eficácia do Plano de Pormenor do PCTC. -----

#### **5- INCIDÊNCIA TERRITORIAL DA SUSPENSÃO -----**

5.1- Tal como foi já referido, a área objecto de proposta de suspensão parcial do PDM de Chaves, localiza-se no sector nordeste da cidade de Chaves, mais concretamente na área limitada pela antiga Quinta dos Montalvões, incidindo na zona de expansão norte do aglomerado urbano da freguesia de Outeiro Seco. -----

5.2- A Quinta em causa tem uma área aproximada de 13,17 hectares, sendo limitada a norte e a sul por terrenos privados, a nascente pela Estrada Municipal 506, que liga o aglomerado urbano de Outeiro Seco ao Parque Empresarial de Chaves (situado a norte), e a poente por caminhos públicos secundários e por terrenos privados. -----

5.3- A área territorial em concreto a abranger pela suspensão do PDM encontra-se delimitada nas plantas anexas. -----

#### **6- DISPOSIÇÕES REGULAMENTARES A SUSPENDER -----**

Considerando o programa que se pretende instalar no PCTC, entende-se que para a área territorial delimitada nas plantas anexas, sobre a qual se projecta a proposta de suspensão parcial do PDM, devem ser suspensas todas as disposições regulamentares do PDM em vigor aplicáveis aos solos da Classe 4 (espaços agrícolas e florestais), bem com as disposições incluídas na Secção IX (Situações especiais), incluindo ainda: -----

- (i) O artigo 12.º - Áreas para estacionamento de veículos; -----
- (ii) O artigo 19.º - Regras de edificabilidade; -----
- (iii) O artigo 20.º - Operações de loteamento urbano; -----
- (iv) O Artigo 21.º - Regime de cedências em loteamentos; -----
- (v) O Artigo 24.º - Áreas disciplinadas por projectos de ordenamento urbanístico -----

#### **7- ANEXOS -----**

Para os devidos efeitos encontram-se em anexo as seguintes Peças: --

- Proposta de Medidas Preventivas -----
- Planta de localização da área sujeita à suspensão do PDM e a Medidas Preventivas sobre extracto da Planta de Ordenamento do PDM; -----
- Planta de localização da área sujeita à suspensão do PDM e a Medidas Preventivas sobre extracto da Planta de Condicionantes do PDM. -----

Chaves, 13 de Janeiro de 2010 -----

O Chefe de Divisão -----

(Rodrigo A. L. Moreira, Arq.º) -----

Os técnicos superiores, -----

(Andreia Susana Marques Geraldès) -----

Lic. em Planeamento Regional e Urbano -----

(Carla Joana Rodrigues) -----

Arquitecta -----

#### **MEDIDAS PREVENTIVAS -----**

##### **1 - O âmbito territorial -----**

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 111.º do Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, são estabelecidas Medidas Preventivas para a área territorial denominada por Quinta dos Montalvões, situada na Freguesia de Outeiro Seco, a norte da localidade de Outeiro Seco, a qual se encontra delimitada nas plantas de ordenamento e de condicionantes do PDM, anexas a este documento. ---

## **2 - A justificação** -----

As Medidas Preventivas são estabelecidas para a área em causa por imposição legal, estabelecida no n.º 8 do artigo 100.º do referido regime jurídico, em razão da suspensão parcial do PDM em vigor, determinada para a referida área nos termos da alínea b), do n.º 2, do artigo 100.º, destinando-se a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possam limitar a liberdade de planeamento ou comprometer ou tornar mais onerosa a execução do Parque de Ciência e Tecnologia de Chaves que a Autarquia pretende implementar. -----

## **3- O âmbito material** -----

3.1 - Ao abrigo do n.º 4 do artigo 107 do Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, as presentes medidas preventivas consistem na sujeição a parecer vinculativo da CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte), sem prejuízo de outros pareceres legalmente exigíveis, das seguintes acções: -----

a) *Operações de loteamento e obras de urbanização, de construção, de ampliação, de alteração e de reconstrução, com excepção das que estejam isentas de procedimento de licenciamento ou comunicação prévia;* -----

b) *Obras de construção civil, ampliação, alteração e reconstrução, com excepção das que estejam isentas de procedimento de licenciamento ou comunicação prévia;* -----

c) *Trabalhos de remodelação de terrenos;* -----

d) *Obras de demolição de edificações existentes, excepto as que, por regulamento municipal, possam ser dispensadas de licença ou autorização;* -----

e) *Derrube de árvores em maciço ou destruição do solo vivo e do coberto vegetal".* -----

3.2- Ficam excluídas do âmbito da aplicação das Medidas Preventivas as acções devidamente validamente autorizadas antes da sua entrada em vigor, bem como aquelas em relação às quais exista já informação prévia favorável e válida. -----

## **4- O âmbito temporal** -----

O prazo de vigência das Medidas Preventivas é de dois anos a contar da sua publicação. -----

## **5- Legislação aplicável** -----

Em todo os actos abrangidos por estas medidas serão respeitados, cumulativamente com as suas disposições, todos os diplomas legais e regulamentos de carácter geral em vigor aplicáveis em função da sua natureza e localização, nomeadamente os respeitantes a servidões administrativas e restrições de utilidade pública. -----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA, DE 2010.01.13.** -----

Visto. Concorde. À reunião de câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

## 2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

**2.1. ALTERAÇÕES ÀS ESPECIFICAÇÕES DO LOTEAMENTO N.º 5/81, LOTE N.º 35 - PROJECTO DE ALTERAÇÕES - MARIA FERNANDA TEIXEIRA RODRIGUES LISBOA - SITO NA AV. DO TÂMEGA, LOT. N.º 05/81, LOTE N.º 35 - FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DO ARQUITECTO LUIS MIGUEL FERREIRA SANTOS, DATADA DE 2010/01/11 ----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

### **INTRODUÇÃO -----**

Na sequência da informação produzida por esta Divisão em 09/11/09, presente em reunião de Câmara Municipal de 16/11/09, foi aberto um período de consulta pública e notificação dos proprietários dos lotes, sobre o pedido de alterações à licença da operação de loteamento titulada pelo Alvará n.º 5/81, efectuada nos termos do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 60/2007 de 4/09. -----

### **CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----**

Considerando que, decorrido o prazo estabelecido para o período de consulta pública, não houve qualquer tipo de oposição acerca das alterações solicitadas; -----

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 com a redacção dada pela Lei n.º 60/2007 de 4/09, não ocorreu oposição escrita por parte de nenhum proprietário no prazo de 10 dias, após o gestor de procedimento ter procedido à sua notificação; -----

Considerando que são respeitados os parâmetros urbanísticos no que se refere ao índice de construção; -----

Considerando que, no pedido objecto de análise, não se verificam violações aos normativos legais e regulamentares a considerar em operações de loteamento; -----

### **PROPOSTA DE DECISÃO -----**

Face ao exposto, sou a propor que seja adoptada a deliberação no sentido de deferir o pedido de alterações solicitado, devendo dar-se de seguida andamento aos procedimentos inerentes ao aditamento às especificações do alvará de loteamento n.º 5/81; -----

Neste contexto, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1, do artigo 76º, do DL n.º 555/99 de 16/12, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007 de 4/09, deve ser comunicado à requerente que dispõe do prazo de um ano, para requerer formalmente a emissão do Aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 5/81 (sob pena de caducidade desta deliberação, conforme previsto no n.º 2 do artigo 71.º do mesmo diploma legal), devendo para o efeito instruir o seu pedido com os elementos mencionados no n.º 1, do artigo 2.º, da Portaria n.º 216-E/2008 de 03/03, designadamente: -----

- Planta de síntese da operação de loteamento em base transparente (5 exemplares). -----

- Descrição pormenorizada dos lotes com indicação dos artigos matriciais de proveniência; -----

- Actualização das certidões da conservatória do registo predial anteriormente entregue, no caso de estas não se encontrarem válidas. Mais se informa que pela emissão do aditamento ao alvará deverão ser liquidadas as correspondentes taxas previstas pelo artigo 117.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007 de 4/09, as quais se encontram estabelecidas no n.º 2, do artigo 45.º, do "Regulamento Municipal de Urbanização e de

Edificação e tabela de taxas e licenças Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas”; -----  
Após a emissão do referido título de aditamento ao alvará deverão ser cumpridas as formalidades de publicidade previstas no artigo 78.º do diploma legal retro citado, bem como proceder à comunicação oficiosa à Conservatória do Registo Predial, para efeitos de averbamento, conforme previsto no n.º 7, do artigo 27.º, do diploma legal mencionado. -----

À consideração Superior -----  
**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2010/01/13.** -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----  
**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2010/01/13.** -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **2.2. ALTERAÇÕES ÀS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/81, LOTE N.º 11 - PROJECTO DE ALTERAÇÕES - ANTONIO LUÍS PIRES LOPES - SITO NO ALTO DA COCANHA, LOTEAMENTO N.º 1/81, LOTE N.º 11 - FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DO ARQUITECTO LUIS MIGUEL FERREIRA SANTOS, DATADA DE 2010/01/13** ----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

### **INTRODUÇÃO** -----

O Sr. António Luis Pires, através de requerimento n.º 2821/09, inerente ao processo n.º 3/09, solicita de acordo com o disposto no n.º1 do artigo 27 do Decreto-Lei 555/99 de 16/12 alterado e republicado pela Lei n.º 60/07 de 4/09, pedido de alterações às condições de licença da operação de loteamento titulado pelo alvará n.º 1/81 de 22-01-1981, com incidência nas especificações do lote n.º 11 e lote n.º 14, sito no alto da Cocanha, anteriormente inscritos na matriz predial urbana da freguesia de Outeiro Seco e actualmente situados na freguesia de Santa Cruz/Trindade, no concelho de chaves -----

### **INSTRUÇÃO DO PEDIDO** -----

O pedido encontra-se instruído com os elementos mencionados na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março e com o Regulamento Municipal de Chaves nomeadamente: -----

### **Peças escritas:** -----

- Requerimento inicial; -----
- Cópias das Certidões da Conservatória do Registo Predial de Chaves, dos lotes n.º 11 e n.º 14 propriedade do requerente; -----
- Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto de arquitectura; -----
- Termo de responsabilidade do técnico coordenador de projectos; ---
- Cópia da declaração de inscrição na Ordem dos Arquitectos autor e coordenador do projecto de arquitectura; -----
- Memória descritiva e justificativa explicando as alterações; -----
- Nota descritiva do plano de acessibilidades, presente na memória descritiva; -----
- Relatório de dados acústicos; -----

**Peças gráficas:** -----  
 Peças desenhadas à escala 1/500: -----  
 - Planta de Localização (escala 1/5.000); -----  
 - Extracto da planta de Ordenamento do P.D.M. (escala 1/10.000); ---  
 - Extracto da planta de Condicionantes do P.D.M. (escala 1/10.000);  
 - Extracto do estudo do P.U. (escala 1/5.000); -----  
 - Planta Síntese (existente) titula o segundo aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 1/81; -----  
 - Planta de Síntese proposta; -----  
 - Plano de acessibilidades; -----  
 - Fichas dos lotes do lote alvo de alteração; -----  
 - Peças desenhadas e escritas em suporte informático -----

#### **ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO** -----

##### **No regime jurídico** -----

Nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei 555/99, alterado e republicado pela Lei n.º 60/07 de 4/09, o pedido da interessada enquadra-se numa alteração à licença da operação de loteamento, titulada pelo alvará n.º 1/81 em nome de José Dias Moreira. -----

##### **Nas disposições do Plano Director Municipal de Chaves (P.D.M.)** -----

Segundo a Planta de Ordenamento n.º 34-A do P.D.M., o prédio insere-se na categoria de espaço pertencente à classe 1 (Espaços urbanos e urbanizáveis), na Categoria 1.1 (Cidade de Chaves): -----

Segundo a Planta de Condicionantes n.º 34-A do P.D.M, sobre o prédio não impende nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública. ---  
 Verifica-se o cumprimento do Plano Director Municipal e o estudo do Plano de Urbanização de Chaves, usado para o efeito na limitação das zonas previstas no n.º1 do artigo 73.º do Regulamento do P.D.M. ---

##### **ANÁLISE DA PRETENSÃO** -----

O requerente solicita alterações à operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 1/81, no que respeita às especificações dos lote n.º 11 e n.º 14 (propriedade do requerente). -----

##### **Alterações resultantes do presente pedido de alteração à licença** ---

###### **Lote n.º 11** -----

- Aumento da área do lote em 53,00m2, passando de 729,00m2 para 782,00m2, proveniente do lote n.º 14; -----  
 - Aumento da área total de implantação em 83,42m2, passando de 200,00m2<sup>(1)</sup> para 283,42m2; -----  
 - Aumento da área total de construção em 350,26m2, passando de 500,00m2<sup>(2)</sup> para 850,26m2; -----  
 - Alteração do uso previsto habitação unifamiliar, mantendo habitação unifamiliar, comercio, serviços ou industria do ramo alimentar. -----

###### **Lote n.º 14** -----

- Diminuição da área do lote em 53,00m2, passando de 771,00m2 para 718,00m2, transferida para o lote n.º 11. -----

---

<sup>(1)</sup> Da análise da planta de síntese do alvará de loteamento n.º 1/81 pode-se concluir, por medição que a **área de implantação inicial** é de 150,00m2 (habitação) e 50,00m2 (anexo), o que perfaz uma área total de **200,00m2**. -----

<sup>(2)</sup> Da análise da planta de síntese e das peças escritas presentes no alvará de loteamento n.º 1/81, pode-se concluir, que a **área total de construção inicialmente** prevista para o lote n.º 11 é de 450,00m2 (150,00 x 3 pisos) mais 50,00m2 (anexo), o que resulta uma área total de **500,00m2**. -----

**Quadro sinóptico resultante do presente pedido de alteração à licença**

Área total do(s) prédio(s) abrangido(s) pela operação de loteamento			12.521,00
Área total do (s) prédio(s) a lotear			12.521,00
Área sobranete			
Área de cedência ao domínio público	Espaços verdes e/ou de utilização colectiva	1.037,00	3.094,00
	Infra-estruturas	1.640,00	
	Equipamentos Públicos	(Lote n.º 16 - 417m2)	
Outras cedências			
Área bruta de construção para efeitos de cálculo do índice de construção			6.266,46
Área de implantação para efeitos de cálculo do índice de implantação			2.609,30
OBS:		Índice de construção (m2/m2)	Índice de implantação (m2/m2)
		0,500	0,208393898

Lote			Área de implantação	Área bruta de construção (m2)							Área de construção para efeitos de IC (m2)	Nº de Pisos		Número de fogos	Número de Lugares de Estacionamento Privativo	Número de Lugares de Estacionamento Público	Volume de construção (m3)
Nº	Área (m2)	Finalidade		Habituação	Comércio	Serviços	Indústria	Garagens	Anexos	Total		Acima da C.S.	Abaixo da C.S.				
1	495,00	Hu	123,08	246,16					25,83	271,99	271,99	2	0	1	3		753,90
2	580,00	Hu	133,88	267,76				49,78	37,57	355,11	355,11	2	0	1	4		982,32
3	503,00	Hu	118,87	237,74				51,05	24,04	312,83	312,83	2	0	1	4		951,96
4	312,00	Hu	93,82	187,64						187,64	187,64	2	0	1	3		576,18
5	336,00	Hu	90,76	181,52						181,52	181,52	2	0	1	3		557,40
6	348,00	Hu	105,50	211,00						211,00	211,00	2	0	1	3		660,30
7	622,00	Hu	146,84	293,68					40,52	334,20	334,20	2	0	1	5		1.046,34
8	467,00	Hu	95,83	191,66					20,02	211,68	211,68	2	0	1	3		663,08
9	556,00	Hu	102,53	205,06					39,41	244,47	244,47	2	0	1	4		750,96
10	690,00	Hu	154,16	308,32					31,89	340,21	340,21	2	0	1	3		1.034,09
11	782,00	Hu/C/S/I	283,42	850,26 *						850,26	850,26	2	1	1	18		2.550,78
12	559,00	Hu	111,95	223,90					22,01	245,91	245,91	2	0	1	3		733,33
13	445,00	Hu	110,07	220,14					24,21	244,35	244,35	2	0	1	3		741,35
14	718,00	Hu/C	256,77	256,77	256,77			256,77	C	770,31	770,31	2	1	1	10		2.259,58
15	430,00	Hu	103,77	207,54					25,73	233,27	233,27	2	0	1	3		694,66
16	417,00	Hu	119,41	238,82					33,42	272,24	272,24	2	0	1	3		838,06
17A	542,00	Hu	158,80	317,60						317,60	317,60	2	0	1	3		988,68
17B	578,00	Hu/C	126,60	253,20	113,70				62,83	429,73	429,73	2	0	1	7		790,20
18	464,00	Hu	106,63	213,26					30,83	244,08	244,08	2	0	1	4		754,96
Tot.	9.844,00		2.542,69	4.261,77	1.220,73	0	0	357,60	418,30	6.258,40	6.258,40				88	18	18.278,92

Finalidade		Garagens	
Hu	Habituação unifamiliar	A	Em anexo à superfície
Hc	Habituação colectiva	C	Em cave
C	Comércio		

S	Serviços		
I	Indústria		
A	Armazéns		

\* Habitação unifamiliar / comércio / serviços / indústria do ramo alimentar

**Legenda:** -----

	<b>Alterações resultantes do presente pedido, relativamente ao alvará de loteamento n.º 1/81</b>
--	--

Neste sentido a área de construção a contabilizar para efeitos do cálculo do índice de construção é de 6.258,40m<sup>2</sup><sup>(3)</sup>. Sendo a área total do terreno de 12.521,00m<sup>2</sup>, pode-se concluir que o índice de construção obtido é de 0,5m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>, respeita o previsto para o local de 0,5m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> para efeitos do n.º1 do artigo 73.º do Regulamento do P.D.M. -----

No que respeita ao dimensionamento das parcelas de terreno destinadas à rede viária, espaços verdes e de utilização colectiva, equipamentos e às áreas de cedência gratuita ao município, resultantes do presente pedido de alterações à licença verifica-se o seguinte: -----

Área destinadas a espaços verdes e/ou de utilização colectiva

- Área total do terreno	12.521,00m <sup>2</sup>
- Espaços de circulação	1.640,00m <sup>2</sup>
- Espaços verdes e de utilização colectiva	1.037,00m <sup>2</sup>
- Equipamentos (lote n.º 16 conforme descrito no alvará inicial)	417,00m <sup>2</sup>

#### Quadro I

N.º 4 do artigo 20.º do regulamento do P.D.M. - Operações de loteamento urbano. -----

Considera-se aplicação da situação mais desfavorável referente ao uso.

a)	1.640,00m <sup>2</sup> + 1.037,00m <sup>2</sup> + 417,00m <sup>2</sup> ≥ 0,35m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> (de 6.258,40m <sup>2</sup> ) esp. circulação + esp. verdes + equipamentos ≥ 0,35m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> da a.b. de construção	3.094,00m <sup>2</sup> ≥ 2.190,44m <sup>2</sup>
b)	1.037,00m <sup>2</sup> ≥ 0,20m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> (de 6.258,40m <sup>2</sup> ) esp. verdes ≥ 0,20m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> da a.b. de construção	1.037,00m <sup>2</sup> ≤ 1.251,68m <sup>2</sup>

#### Quadro II

N.º 2 do artigo 21.º do regulamento do P.D.M. - Regime de cedências em loteamentos -----

a)	1.640,00m <sup>2</sup> + 1.037,00m <sup>2</sup> + 417,00m <sup>2</sup> ≤ 40% (de 12.521,00m <sup>2</sup> ) esp. circulação + esp. verdes + equipamentos ≤ 40% da área do terreno	3.094,00m <sup>2</sup> ≤ 5.008,00m <sup>2</sup>
b)	417,00m <sup>2</sup> ≤ 25% (6.258,40m <sup>2</sup> ) equipamentos ≤ 25% da a.b. de construção	417,00m <sup>2</sup> ≤ 1.564,60m <sup>2</sup>
c)	1.640,00m <sup>2</sup> + 1.037,00m <sup>2</sup> ≤ 15% (de 12.521,00m <sup>2</sup> ) esp. circulação + esp. verdes ≤ 15% da área do terreno	2.677,00m <sup>2</sup> ≥ 1.878,15m <sup>2</sup>

Da análise da leitura dos quadros I e II anteriores, cumpre-me referir o seguinte: -----

- No que se refere à alínea b) do quadro I, o valor destinado a espaços verdes é a 0,20m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> (de 6.258,40m<sup>2</sup>), pelo facto de ter considerado para o cálculo apenas a área e cedência para espaços

<sup>(3)</sup> Área resultante do presente pedido de alteração à licença -----

verdes. Neste sentido, pela análise da planta de síntese inicial e proposta, como também o regulamento inicial, verifica-se que as implantações não ocupam a totalidade do lote, o que se considera que os espaços verdes privativos e espaços verdes públicos ultrapassam claramente o exigido; -----

- Verifica-se que a área destinada para equipamentos máxima a exigir, não atinge os 25% da área bruta de construção máxima a exigir, apurando-se o défice de 1.147,60m<sup>2</sup>. Estes serviços para não aplicar uma dualidade de critérios, consideram aplicar em todas as operações de loteamento os máximos a exigir. Neste sentido, por leitura do descrito no alvará de loteamento inicial com o n.º 1/81 e o seu regulamento, verificam que o promotor cedeu uma área de 417,0m<sup>2</sup>, para equipamentos que corresponde ao lote n.º16 e ficou de executar um edifício de carácter social e administrativo, como também excede em 798,85m<sup>2</sup> nas áreas máximas a exigir para espaços de circulação e espaços verdes. Face ao exposto, sou do entendimento que se poderá considerar, dispensar o requerente de qualquer forma de compensação ao município. -----

- A área destinada a espaços públicos (alínea c do quadro II) do n.º2 do artigo 21.º do P.D.M.) é superior a 15% da área total do terreno por comum acordo conforme o preceituado na alínea d) do n.º2 do artigo 21.º do P.D.M., pelo que não há lugar á compensação ao município prevista no n.º 4 do art.º 44 do diploma lega acima referido. -----

O presente pedido de alterações à licença, com incidência no lote n.º 11<sup>(4)</sup> da operação de loteamento titulada pelo alvará de loteamento n.º 1/81, respeita os parâmetros de dimensionamento definidos no ponto 3 do artigo 12.º Plano Director municipal de Chaves, no que respeita ao estacionamento a exigir. Face à especificidade do pedido de alterações, o qual tenciona prever para o lote n.º 11 a possibilidade de poder vir a ser instalada uma das seguintes funções - habitação unifamiliar, comercio, serviços ou indústria do ramo alimentar, deverá ser considerada a situação mais desfavorável, nomeadamente aplicação da alínea a) e d) da referida norma jurídica, conforme o quadro explicativo que se segue: -----

#### Quadro III

Estacionamento privado					
Lo te	Área de Construção (m <sup>2</sup> )	habitação unifamiliar, comercio, serviços ou industria do ramo alimentar	Fogos	Estacionamen to Exigido PDM (uni)	Estacion amento Previsto (uni)
11	850,26m <sup>2</sup>	850,26m <sup>2</sup>	1	17 +1 = 18	18
				<b>18 uni.</b>	<b>18 uni.</b>

No que respeita aos lugares de estacionamento públicos a exigir, uma vez que o Plano Director Municipal de Chaves sobre esta matéria nada refere, estes serviços consideram o estipulado na Portaria 216-B/2008 de 3 de Março "O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 20 % para estacionamento público". -----

<sup>(4)</sup> Para efeitos do dimensionamento dos lugares de estacionamento, não entra as alterações ao lote n.º 14 pelo facto, das alterações incidirem apenas na área do lote. -----



O presente pedido prevê lugares de estacionamento público, pelo que, se verifica que respeita o estipulado na retro citada portaria (20% de 88 = 18 lugares). -----

De acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro alterado e republicado pela Lei n.º 60/07 de 4/09, a alteração à licença da operação de loteamento, não pode ser aprovada se ocorrer oposição escrita da maioria dos proprietários dos lotes constantes do alvará, devendo para o efeito, o gestor de procedimento proceder à sua notificação para pronúncia no prazo de 10 dias. -----

A notificação aos proprietários dos lotes do alarâ de loteamento n.º 1/81, seguiu os procedimentos descritos no n.º 2 do artigo 14.º A do Regulamento Municipal de Chaves (*"quando o número de lotes seja igual ou superior a 15, a referida notificação será feita via edital a afixar no local onde se situa o loteamento, na Junta de freguesia respectiva e no Edifício dos Paços do Concelho"*). -----

Ultrapassados os 10 dias concedidos, não ocorreu oposição escrita de nenhum dos proprietários dos restantes lotes, pelo que, as alterações às condições de licença da operação de loteamento estão em condições de serem aprovadas. -----

#### **CONSIDERAÇÕES DO PARECER** -----

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 com a redacção dada pela Lei n.º 60/2007 de 4/09, não ocorreu oposição escrita por parte de nenhum proprietário no prazo de 10 dias, após o gestor de procedimento ter procedido à sua notificação, conforme o descrito no n.º 2 do artigo 14.º A do Regulamento Municipal de Chaves. -----

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 com a redacção dada pela Lei n.º 60/2007 de 4/09, o pedido de alterações à licença em análise, fica dispensada de Consulta Pública, uma vez que não excede nenhum dos três limites definidos naqueles artigos, designadamente: -----

- 4 há; -----

- 100 Fogos; -----

- 10% da população do aglomerado urbano em que se insere a pretensão  
Considerando que são respeitados os parâmetros urbanísticos no que se refere ao índice de construção; -----

Considerando que, no pedido objecto de análise, não se verificam violações às normas legais e regulamentares; -----

#### **PROPOSTA DE DECISÃO** -----

Face ao exposto, sou a propor que seja adoptada a deliberação, de **deferir** o pedido de alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 1/81; -----

Neste contexto, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1, do artigo 76º, do DL n.º 555/99 de 16/12, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007 de 4/09, deve ser comunicado à requerente que dispõe do prazo de um ano, para requerer formalmente a emissão do Aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 1/81 (sob pena de caducidade desta deliberação, conforme previsto no n.º 2 do artigo 71.º do mesmo diploma legal), devendo para o efeito instruir o seu pedido com os elementos mencionados no n.º 1, do artigo 2.º, da Portaria n.º 216-E/2008 de 03/03, designadamente: -----

- Planta de síntese da operação de loteamento em base transparente (5 exemplares). -----

- Descrição pormenorizada dos lotes com indicação dos artigos matriciais de proveniência; -----

- Actualização das certidões da conservatória do registo predial anteriormente entregue, no caso de estas não se encontrarem válidas. Mais se informa que pela emissão do aditamento ao alvará deverão ser liquidadas as correspondentes taxas previstas pelo artigo 117.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pela Lei n.º 60/2007 de 4/09, as quais se encontram estabelecidas no n.º 2, do artigo 45.º, do "Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e tabela de taxas e licenças Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas"; -----

Após a emissão do referido título de aditamento ao alvará deverão ser cumpridas as formalidades de publicidade previstas no artigo 78.º do diploma legal retro citado, bem como proceder à comunicação oficiosa à Conservatória do Registo Predial, para efeitos de averbamento, conforme previsto no n.º 7, do artigo 27.º, do diploma legal mencionado. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 13 de Janeiro de 2010 -----

O Técnico Superior -----

Luís Miguel Ferreira dos Santos, Arq. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2010/01/13.** -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2010/01/13.** -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO**

#### **3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR, EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQT. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS.** -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º2. --

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

#### **3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, ENG. CONCEIÇÃO MARTINS, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS.** -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º3. --

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**3.3. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO CHEFE DE DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO, ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º4. --  
-----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**3.4. PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE - JOÃO MARIA CORREIA PIRES - SITO NO LUGAR DO PICOTO - FREGUESIA DE FAIÕES - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENG.BRANCA MANUELA GIL FERREIRA DATADA DE 2010/01/07 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**1.- INTRODUÇÃO -----**

1.1.- O requerente solicita sob requerimento n.º 3497/09, certidão de destaque de uma parcela de terreno, descrita na Conservatória do Registo Predial com o n.º 1301 e na matiz com o n.º 1963, situada no lugar do Picoto - Faiões, freguesia de Faiões no concelho de Chaves.

**2.-INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----**

2.1.- O processo está instruído de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º<sup>7</sup> e de acordo com o n.º1 do art.º<sup>11</sup><sup>8</sup> do Regulamento da Urbanização e da Edificação. -----

**3.- ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----**

3.1.- No regime jurídico -----

3.1.1- O pedido agora apresentado pelo requerente tem enquadramento legal no disposto no n.º 4 do art.º 6º do Dec-Lei 555/99, de 16 de

7

3. O pedido de destaque de parcela de prédio deve ser dirigido ao Presidente da Câmara, sob a forma de requerimento escrito, e deve ser acompanhado dos seguintes elementos: -----

-Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação de desanexação; --

-Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio abrangido;

-Extracto da planta do Plano Director Municipal em vigor neste Concelho; -----

-Planta topográfica de localização à escala 1:1000, a qual deve delimitar a área total do prédio; -----

- Planta de localização à escala 1:10000 - carta militar actualizada - , assinalando devidamente os limites da área do prédio; -----

<sup>8</sup> Requerimento e Instrução -----

1. O requerimento inicial de informação prévia, de licença ou comunicação relativo a todos os tipos de operações urbanísticas obedece ao disposto nos artigos 8.º a 10.º, do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, e deve ser acompanhado dos elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, para além dos documentos especialmente referidos no aludido diploma legal. -----

<sup>9</sup> Artigo 6.º - Isenção de licença -----

1 - Sem prejuízo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º, estão isentas de licença: -----

(...) -----

j) Os destaques referidos nos n.os 4 e 5. -----

Dezembro, alterado e republicado pela Lei60/2007 de 4 de Setembro, estando deste modo Isento de Licença, desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamento público. -----

3.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal -----

3.2.1.- O terreno que se pretende destacar, está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; -----

#### **4.- ANÁLISE DA PRETENSÃO -----**

4.1.- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio rústico, objecto de destaque, tem a área total de 1088 m<sup>2</sup> e está inscrito na matriz com o n.º 1963 e descrito na conservatória sob o n.º 1301 da freguesia de Faiões. -----

4.2.- A área da parcela a destacar é de 544.00 m<sup>2</sup> e está inserida em classe 1 - Espaços Urbanos e Urbanizáveis, categoria 1.3 - Outros Aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal. -----

4.3.- A parcela sobrança (mãe) ficará com a área de 544.00 m<sup>2</sup> e está inserida em classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal. -----

4.4.- O requerente propõe para a parcela a destacar, uma área bruta de construção estimada de 230.00 m<sup>2</sup> e de implantação de 120.00 m<sup>2</sup>. Assim temos que 544.00 (área da parcela a destacar) m<sup>2</sup> x 0.5 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> (índice de construção do local) = 272.00 m<sup>2</sup> (máxima área bruta de construção permitida) > 230.00 m<sup>2</sup> (área bruta de construção proposta). Resulta assim um índice de construção de 0.4 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> = (230.00 m<sup>2</sup> /544.00 m<sup>2</sup>) < 0.5 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> (índice de construção do local); --

4.5.- Para a parcela sobrança, propõe uma área bruta de construção estimada é de 230.00 m<sup>2</sup> e de implantação de 120.00 m<sup>2</sup>. Assim temos que 544.00 (área da parcela sobrança) m<sup>2</sup> x 0.5 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> (índice de construção do local) = 272.00 m<sup>2</sup> (máxima área bruta de construção permitida) > 230.00 m<sup>2</sup> (área bruta de construção proposta). Resulta assim um índice de construção de 0.4 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> = (230.00 m<sup>2</sup> /544.00 m<sup>2</sup>) < 0.5 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> (índice de construção do local); -----

4.6.-As parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamento público; -----

#### **5.- PROPOSTA DE DECISÃO -----**

5.1.- O pedido formulado pelo requerente reúne os requisitos constantes do disposto no n.º4 do art.6, do Dec.-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei 60/2007 de 4 de Setembro; -----

5.2.- Assim, emite-se **parecer favorável** à emissão da certidão de destaque de acordo com o solicitado, sob requerimento n.º 3497/09. - À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2010/01/13. -----**

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

**À Consideração Superior. -----**

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2010/01/13. -----**

---

4 - Os actos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido do requerente, nos precisos termos da informação técnica supra. Proceda-se à emissão da respectiva certidão de destaque. Notifique-se. -----

## VII OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

### 1- URBANIZAÇÃO

#### 1.1. EMPREITADA: "BENEFICIAÇÃO DO LARGO DA LAPA"- APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO. INFORMAÇÃO/PARECER N.º. 04/DASJ/SCEAN/10 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

##### **I - JUSTIFICAÇÃO** -----

- Considerando que, em reunião do executivo camarário do passado dia 07 de Dezembro de 2009, foi aprovado o Relatório Final de Análise das Propostas; -----

- Considerando que, no dia 09 de Dezembro de 2009, foram efectuadas as respectivas notificações de decisão de adjudicação, nos termos do disposto no artigo 77º, do D.L. n.º 18/2009 de 29 de Janeiro; -----

- Considerando que, no dia 10/12/2009, a firma adjudicatária apresentou os documentos de habilitação previstos na alínea a) e b) do artigo 81º,, tendo sido no dia 28/12/2009 efectuadas as notificações da apresentação dos documentos de habilitação previstas no n.º1, do artigo 85º do Código dos Contratos Públicos; -----  
 Assim, atendendo às razões anteriormente expostas, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa o seguinte: -----

##### **II - DA PROPOSTA** -----

a) Agendamento da presente proposta à próxima reunião do executivo camarário para aprovação da minuta do contrato, a qual se anexa à presente proposta, nos termos do disposto no n.º1, do artigo 98º, do Código dos Contratos Públicos, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

b) Por último, caso a presente proposta venha a merecer aprovação, dever-se-à notificar a firma adjudicatária do teor integral da minuta do contrato ora em apreciação, adoptando-se os demais formalismos previstos no CCP em vista à celebração do mesmo. -----  
 Chaves, 12 de Janeiro de 2010. -----

À consideração superior, -----  
 O Assistente Técnico, -----  
 (Rute Dias) -----

Em anexo: Minuta do contrato -----

#### **MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "BENEFICIAÇÃO DO LARGO DA LAPA" -----**

No dia ... de ..... de 2010, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de € 347 809,39 (trezentos e quarenta e sete mil, oitocentos e nove euros e trinta e nove cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do

disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro: -----

**Como Primeiro Outorgante, MUNICÍPIO DE CHAVES**, titular do Cartão de Pessoa Colectiva de Direito Público Nº 501205551, com sede em Chaves, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, casado, natural da freguesia de Vila da Ponte, Concelho de Montalegre, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves. -----

**E -----**  
**Como Segundo Outorgante, ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, SOCIEDADE ANÓNIMA**, com sede em S. Fraústo, Estrada de Braga, em Chaves, Pessoa Colectiva nº 500719616, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Chaves, titular do Alvará de Construção nº 6176, com o capital social de 4.750.000 euros, legalmente representada por Luís Filipe Duarte de Sá, casado, natural de Angola, residente em Chaves, titular do Bilhete de Identidade nº 11395898, emitido em 13/12/2006, pelos SIC em Vila Real, e por Orlando da Rosa de Oliveira, casado, natural da freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves, residente em Chaves, titular do Bilhete de Identidade nº 3589869, emitido em 03/01/2002, pelos SIC de Vila Real, na qualidade de Procuradores da mencionada sociedade, conforme poderes constantes nas Procurações que me foram presentes, documentos que ficam arquivados em anexo ao presente contrato. -----

**Cláusula 1ª -----**  
**(Objecto do Contrato/Empreitada) -----**

1. O presente contrato tem por objecto a execução da empreitada **"Beneficiação do Largo da Lapa"**, pelo preço de **€ 347 809,39** (trezentos e quarenta e sete mil, oitocentos e nove euros e trinta e nove cêntimos) que não inclui o IVA à taxa legal em vigor. -----

2. A presente empreitada foi adjudicada pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante, por deliberação camarária do passado dia 07/12/2009, tendo sido aprovada a respectiva minuta do contrato, por deliberação camarária do passado dia ..... , precedida de anúncio, em conformidade com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Projecto de Execução, Plano de Segurança e Saúde e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação camarária do passado dia 06/08/2009, nos termos da proposta apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato. -----

**Cláusula 2ª -----**  
**Prazo de Execução -----**

A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **180 (cento e oi) dias**, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo. -----

**Cláusula 3ª -----**  
**Prazo de Garantia da Obra -----**

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos: -----

a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos -----

b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas. -----

c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

2. Caso tenham ocorrido recepções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra. -----

3. Exceptuam-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina. -----

#### **Cláusula 4ª** -----

##### **Pagamentos** -----

1 - Os pagamentos a efectuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 18ª do Caderno de Encargos da empreitada objecto do presente contrato, bem como na Cláusula 25ª do mesmo Caderno. -----

2 - Os pagamentos são efectuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respectiva factura. -----

#### **Cláusula 5ª** -----

##### **Revisão de Preços** -----

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efectuada nos termos do disposto do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro. -----

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **Tipo F10 - Estradas** - publicada no despacho nº 1592/2004 (2ª série), de 8 Janeiro. -----

3 - Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. -----

#### **Cláusula 6ª** -----

##### **(Dotação Orçamental)** -----

A empreitada consta no Plano de Actividades/Orçamento do segundo contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica: .....; Acção: ..... -----

#### **Cláusula 7ª** -----

##### **Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Outorgante** -----

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo outorgante presta a favor do primeiro outorgante, Garantia Bancária Nº GAR/09307515, emitida pelo Banco BPI, S.A., em 28 de Dezembro de 2009, no valor de **€ 17 390,47** (dezassete mil, trezentos e noventa euros e quarenta e sete cêntimos), correspondendo a 5% do valor dos trabalhos objecto do presente contrato. -----

#### **Cláusula 8ª** -----

##### **Foro Competente** -----

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

#### **Cláusula 9ª** -----

##### **Prevalência** -----

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Programa de Procedimento,

Caderno de Encargos e Plano de Segurança e Saúde, e na proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

**Cláusula 10ª** -----

**Legislação aplicável** -----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, e na restante legislação aplicável. --

**Cláusula 11ª** -----

**Disposições finais** -----

1 - Os pagamentos efectuados ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; -----

2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia 06/08/2009; -----

3 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi adjudicado por deliberação do executivo camarário do passado dia 07/12/2009; -----

4 - A minuta do presente contrato foi aprovada por deliberação do executivo camarário do passado dia .....; -----

5 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato; -----

6 - Foram apresentados pelo segundo outorgante: Registos Criminais, Alvará de Construção, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, Declaração Modelo II, anexo ao CCP e Certidão Permanente.

O Primeiro Contratante: -----

O Segundo Contratante: -----

Contrato nº .../10 -----

Imposto de Selo, verba 8, da TGIS: € 5,00 liquidado hoje por meio de Guia nº ...../10 -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTODE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2010.01.13.** -----

Visto. Concorde. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2010.01.13.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida minuta nos termos da informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**1.2. EMPREITADA: "REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA CARREIRA DA VILA" - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO. INFORMAÇÃO/PARECER Nº. 05/DASJ/SCEAN/10** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - JUSTIFICAÇÃO** -----

- Considerando que, em reunião do executivo camarário do passado dia 07 de Dezembro de 2009, foi aprovado o Relatório Final de Análise das Propostas; -----

- Considerando que, no dia 10 de Dezembro de 2009, foram efectuadas as respectivas notificações de decisão de adjudicação,



nos termos do disposto no artigo 77º, do D.L. nº 18/2009 de 29 de Janeiro; -----

• Considerando que, no dia 10/12/2009, a firma adjudicatária apresentou os documentos de habilitação previstos na alínea a) e b) do artigo 81º,, tendo sido no dia 14/12/2009 efectuadas as notificações da apresentação dos documentos de habilitação previstas no nº1, do artigo 85º do Código dos Contratos Públicos; ----- Assim, atendendo às razões anteriormente expostas, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa o seguinte: -----

## **II - DA PROPOSTA** -----

a) Agendamento da presente proposta à próxima reunião do executivo camarário para aprovação da minuta do contrato, a qual se anexa à presente proposta, nos termos do disposto no nº1, do artigo 98º, do Código dos Contratos Públicos, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

b) Por último, caso a presente proposta venha a merecer aprovação, dever-se-à notificar a firma adjudicatária do teor integral da minuta do contrato ora em apreciação, adoptando-se os demais formalismos previstos no CCP em vista à celebração do mesmo. -----

Chaves, 12 de Janeiro de 2010. -----

À consideração superior, -----

O Assistente Técnico, -----

(Rute Dias) -----

Em anexo: Minuta do contrato -----

## **MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA CARREIRA DA VILA"** -----

No dia ... de ..... de 2010, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de **€ 342 025,12 (trezentos e quarenta e dois mil, vinte e cinco euros e doze cêntimos)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro: -----

**Como Primeiro Outorgante, MUNICÍPIO DE CHAVES**, titular do Cartão de Pessoa Colectiva de Direito Público Nº 501205551, com sede em Chaves, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, casado, natural da freguesia de Vila da Ponte, Concelho de Montalegre, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves. -----

**E** -----

**Como Segundo Outorgante, DACOP, CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, LDA.**, com sede na Rua António de Carvalho Faria, RC - Bloco C, Vila Nova de Famalicão, Braga., Pessoa Colectiva nº 500499675., com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Famalicão, titular do Alvará de Construção nº 12829, com o capital social de 650 000,00 euros, legalmente representada por Manuel Ferreira Alves, casado, natural e residente em Vale (S. Martinho), Vila Nova de Famalicão, titular do Bilhete de Identidade nº 1785249, emitido em 27/12/2005, pelos S.I.C. de Braga, e por Vítor Manuel Couto Alves, casado, natural e residente em Vale (S. Martinho), Vila Nova de Famalicão, titular do Bilhete de Identidade nº 3482764, emitido em 05/5/2008, pelos S.I.C. de Braga, na qualidade, respectivamente, de Presidente do Conselho de Administração e Administrador da mencionada sociedade, conforme consulta on-line no sitio da Internet [www.portaldadaempresa.pt](http://www.portaldadaempresa.pt)

efectuada no dia ....., documento que fica arquivado em anexo ao presente contrato. -----

#### **Cláusula 1ª -----**

##### **(Objecto do Contrato/Empreitada) -----**

1. O presente contrato tem por objecto a execução da empreitada **"Requalificação da Rua da Carreira da Vila"**, pelo preço de **€ 342 025,12** (trezentos e quarenta e dois mil, vinte e cinco euros e doze cêntimos) que não inclui o IVA à taxa legal em vigor. -----

2. A presente empreitada foi adjudicada pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante, por deliberação camarária do passado dia 07/12/2009, tendo sido aprovada a respectiva minuta do contrato, por deliberação camarária do passado dia ....., precedida de anúncio, em conformidade com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Projecto de Execução e Plano de Segurança e Saúde desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação camarária do passado dia 17/09/2009, nos termos da proposta apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato. -----

#### **Cláusula 2ª -----**

##### **Prazo de Execução -----**

A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **150 (cento e cinquenta)** dias, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo. -----

#### **Cláusula 3ª -----**

##### **Prazo de Garantia da Obra -----**

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos: -----

a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos -----

b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas. -----

c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

2. Caso tenham ocorrido recepções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra. -----

3. Exceptuam-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina. -----

#### **Cláusula 4ª -----**

##### **Pagamentos -----**

1 - Os pagamentos a efectuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 26ª do Caderno de Encargos da empreitada objecto do presente contrato, bem como na Cláusula 32ª do mesmo Caderno. -----

2 - Os pagamentos são efectuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respectiva factura. -----

#### **Cláusula 5ª -----**

##### **Revisão de Preços -----**

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efectuada nos termos do disposto do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro. -----

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **Tipo F10 - Estradas** - publicada no despacho nº 1592/2004 (2ª série), de 8 Janeiro. -----

3 - Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. -----

#### **Cláusula 6ª ----- (Dotação Orçamental) -----**

A empreitada consta no Plano de Actividades/Orçamento do segundo contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica: .....; Acção: ..... -----

#### **Cláusula 7ª -----**

##### **Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Outorgante -----**

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo outorgante presta a favor do primeiro outorgante, Garantia Bancária Nº 20025, emitida pelo Barclays Bank PLC, em 21 de Dezembro de 2009, no valor de **€ 34 202,52** (trinta e quatro mil, duzentos e dois euros e cinquenta e dois cêntimos), correspondendo a 10% do valor dos trabalhos objecto do presente contrato. -----

#### **Cláusula 8ª -----**

##### **Foro Competente -----**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

#### **Cláusula 9ª -----**

##### **Prevalência -----**

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Plano de Segurança e Saúde, e na proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

#### **Cláusula 10ª -----**

##### **Legislação aplicável -----**

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, e na restante legislação aplicável. --

#### **Cláusula 11ª -----**

##### **Disposições finais -----**

1 - Os pagamentos efectuados ao abrigo do presente contrato serão efectuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; -----

2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia 17/09/2009; -----

3 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi adjudicado por deliberação do executivo camarário do passado dia 07/12/2009; -----

4 - A minuta do presente contrato foi aprovada por deliberação do executivo camarário do passado dia .....; -----

5 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato; -----

6 - Foram apresentados pelo segundo outorgante: Registos Criminais, Alvará de Construção, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, Declaração Modelo II, anexo ao CCP e Certidão Permanente.

O Primeiro Contratante: -----

O Segundo Contratante: -----

Contrato nº .../10 -----

Imposto de Selo, verba 8, da TGIS: € 5,00 liquidado hoje por meio de Guia nº ...../10 -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTODE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2010.01.13.** -----

Visto. Concordo. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2010.01.13.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida minuta nos termos da informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **1.3. ORDENAMENTO DO LARGO DE SANTA ANA - CASA MORTUARIA - NANTES - AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 02/DE/2009** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº02/DE/2009, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Sincof, Sociedade Ind.de Const.Flaviense, Lda, no valor de 7.337,39 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais:-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 08/01/2010.**-----

Visto.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2010.01.13.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 7.337,39 €, (sete mil trezentos e trinta e sete euros e trinta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

### **1.4. CENTRO SOCIAL DA VÁRZEA - AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 6/DE/2010** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº06/DE/2009, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Edibarra Engenharia e Construção, S.A, no valor de 34.222,85 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 08/01/2010.**----

Visto.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2010.01.13.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 34.222,85 €, (trinta e quatro mil duzentos e vinte e dois euros e oitenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -

### 1.5. CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DE PROJECTOS NO ÂMBITO DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS. -----

Foi presente a informação nº08/DE/2010, da Chefe de Divisão, Eng<sup>a</sup> Amélia Rodrigues, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais: -----

#### I - Exposição de motivos -----

Considerando que com a entrada em vigor do Novo Regime Substantivo dos Contratos Administrativos de Empreitadas de Obras Públicas consagrado no Código dos Contratos Públicos é obrigação dos municípios, adaptarem o seu funcionamento ao novo quadro legal de contratação pública; -----

Considerando que a grande filosofia do novo Código dos Contratos Públicos, ao nível da execução das obras, assenta na qualidade dos projectos de execução, indissociável de que os projectos patenteados tenham qualidade técnica e cálculos orçamentais credíveis, evitando assim, derrapagens de custos e prazos de execução, com prejuízos graves para o dono da obra; -----

Considerando que, de acordo com o nº2 do artigo 43º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a Portaria 701 - H/2008, de 29 de Julho, o dono da obra deve garantir que o projecto de execução, seja objecto de prévia revisão ao lançamento da empreitada, por Revisor do Projecto, entidade devidamente qualificada e distinta ao autor do projecto, sob pena de nulidade do Caderno de Encargos. -----

#### II - Da Proposta em sentido Estrito -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Sr. Presidente: -----

a) Seja criada uma Comissão Municipal, composta por elementos multidisciplinares, que deverá ser designada superiormente, com a finalidade de rever os projectos com complexidade relevante, de acordo com o nº11 da Portaria 401 - H/2008, de 29 de Julho. -----

A referida Comissão deverá integrar os seguintes elementos: -----

Membros Efectivos: Arquitecto, Eng.º Civil e Eng.º Electrotécnico---

Membros Suplentes: Arquitecto, Eng.º Civil e Eng.º Electrotécnico---

Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Sr. Presidente, a mesma deverá ser agendada para reunião do executivo Municipal. -----

b) Depois de criada a Comissão, deverá elaborar o Regulamento interno. -----

À consideração superior. -----

Divisão de Empreitadas, 13 de Janeiro de 2010. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 13/01/2010.----**

Visto.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2010.01.13. -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. --

## 2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE

### 2.1. SANEAMENTO DA GRANJINHA - AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 3/DE/2010 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº03/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Dacop, Construções e Obras Públicas, S.A, no valor de 24.947,98 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 13/01/2010.----**

Visto.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2010.01.13. -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 24.947,98 €, (vinte e quatro mil novecentos e quarenta e sete euros e noventa e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

## **2.2. SANEAMENTO BÁSICO DE FRANCE - AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 3/DE/2010 ---**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº03/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Estevão Vinhais Chaves Unipessoal, Lda, no valor de 12.103,75 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 13/01/2010.----**

Visto.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2010.01.13. -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 12.103,75 €, (doze mil cento e três euros e setenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

## **2.3. SANEAMENTO BÁSICO DE FRANCE - AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 4/DE/2010 ---**

Medição nº04/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Estevão Vinhais Chaves Unipessoal, Lda, no valor de 4.050,20€, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 13/01/2010.----**

Visto.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2010.01.13. -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 4.050,20€, (quatro mil e cinquenta euros e vinte cêntimos cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

### **3- HIGIENE PÚBLICA**

### **4- CEMITÉRIOS**

### **5- PROTECÇÃO CIVIL**

6- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO

7- COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

8- DEFESA DO MEIO AMBIENTE

9- CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

10- SEGURANÇA PÚBLICA

11- ILUMINAÇÃO PÚBLICA

12- TERMAS

13- ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

## VIII EXPROPRIAÇÕES

1. EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA "RODOVIA DE ACESSO PRIORITÁRIO A24/HOSPITAL - LANÇO 1 (TROÇO 1 E 2) E RUA DA FONTE DO LEITE". 4ª RECTIFICAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE 01/10/2009, QUE APROVOU A RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO. INFORMAÇÃO Nº. 01/SCEAN/10 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

### **I - Antecedentes e Justificação.** -----

1. Ao abrigo da competência que lhe está legalmente confiada pela alínea c), do nº 7, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Executivo Camarário em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 01 de Outubro de 2009, deliberou propor a (DUP) - "Declaração de Utilidade Pública", para efeitos de expropriação, das parcelas de terreno indispensáveis à concretização da obra pública "Rodovia de Acesso Prioritário A24/Hospital - Lanço 1 (Troço 1 e 2) e Rua da Fonte do Leite", resolução que veio a ser rectificada por deliberações do mesmo Órgão nos pretéritos dias 16 de Novembro, 07 e 21 de Dezembro de 2009, no sentido de proceder à alteração ao "Mapa da Expropriações" inicialmente aprovado, na sequência de reacções protagonizadas por alguns dos expropriados, face às notificações da resolução de expropriar, efectuadas em cumprimento do disposto no nº4, do Artigo 10º do Código das Expropriações (C.E.), aprovado pela Lei nº 168/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações. -----

2. Na sequência das aludidas notificações da resolução de expropriar, vieram, agora, também, os proprietários das Parcelas números 24, 37, 39, 40-A, 47, 49, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 66 e 67 apresentar propostas e ou condições para a aquisição pela via do direito privado das aludidas parcelas, as quais respeitam o critério balizado pelo perito oficial, no parecer que lhe foi, oportunamente, solicitado no âmbito do presente procedimento expropriativo, viabilizando, assim, desde já, a sua aquisição, nos seguintes termos: -----

Parcela n.º	Proprietário(s)	Valor da aquisição
24	Domingos da Encarnação Rodrigues	Aquisição da parcela pelo montante de € 7.420,00
37	Vítor Manuel Lopes Ferreira	Aquisição da parcela pelo montante de € 1.435,00
39	Judite Gonçalves Maldonado	Permuta da área objecto da expropriação pela área das parcelas 56.S.1 e 56.S.2., sobrantes da Parcela n.º 56; Pagamento da diferença da área - € 8.504.40 Mudança do muro a cargo do Município
40-A	Armanda Sevivas Caetano	Aquisição da parcela pelo montante de €65.931,80 Construção de muros de vedação com 1.5m e um portão de acesso
47 e 49	Maria Lourenço Vaz, cabeça de casal da herança de Domingos Ribeiro	Pagamento de 15.000,00 Dação em pagamento da parcela n.º 46S2
57	Armando Carlos Cardoso Ferreira	Aquisição da parcela pelo montante de <b>€ 14 286,00</b>
58 e 59	Alice Cardoso Ferreira	Aquisição das parcelas pelo montante global de €26 030,00
60 e 61	Domingos Coelho Valdegas	Aquisição das parcelas pelo montante global de €82 365,00
63 e 64	Artur Pereira e Natércia Rodrigues Malta Pereira	Permuta da área, entre outras parcelas, pela Parcela n.º62 do Município
66 e 67	Leonor Maria Martins Canavarro	Aquisição das parcelas pelo montante global de €46.000,00 Construção de muro rebocado

3. Vieram, ainda, os proprietários das Parcelas N.º21 e N.º27, propor que o Município entre na posse destas parcelas, mediante a cedência antecipada ao domínio público municipal das áreas correspondentes a cada uma delas, no âmbito das operações urbanísticas que venham a concretizar nos respectivos prédios, contando as mesmas para o cálculo dos índices de construção, em conformidade com o disposto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, e nos seguintes termos: -----

Parcela N.º	Proprietário(s)	Identificação parcelar das cedências antecipadas	Título da aquisição
21	Francisco Teixeira Soares	Antecipação da cedência para arruamentos ao domínio público municipal, da área de 80,00m2, no âmbito de uma futura operação urbanística a	Convénio urbanístico, identificand o a parcela e o fim e ou



		realizar no prédio inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Outeiro Seco sob o Artigo 4846°.	destinação da cedência, ou seja, a execução da obra <b>"Rodovia de Acesso Prioritário A24/Hospital - Lanço 1 (Troço 1 e 2) e Rua da Fonte do Leite",</b>
27	Almiro Fernandes Meireles	<p>- Antecipação da cedência para arruamentos ao domínio público municipal, da área de 1689,77,m2, no âmbito da operação urbanística a realizar no prédio inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Santa Cruz/Trindade sob o Artigo 31°, cujo processo de licenciamento já se encontra a decorrer nos respectivos serviços técnicos municipais;</p> <p>- Antecipação da cedência para arruamentos ao domínio público municipal, da área de 1395,,69m2, no âmbito de uma futura operação urbanística a realizar na parcela sobrando do mesmo prédio, após a execução da rodovia ora em causa.</p>	Convénio urbanístico, identificand o as parcelas e o fim e ou destinação da cedência, ou seja, a execução da obra <b>"Rodovia de Acesso Prioritário A24/Hospital - Lanço 1 (Troço 1 e 2) e Rua da Fonte do Leite",</b> de acordo com a planta parcelar de cedências, anexa à presente proposta.

4. Neste contexto, e pelas razões acima expostas, deverá ser rectificado o "Mapa de Expropriações", que instruiu a Proposta n.º 101/GAPV/09, devidamente sancionado pelo Executivo Camarário em sua reunião do passado dia 01/10/2009, e rectificado por deliberações do mesmo órgão em suas reuniões ordinárias dos pretéritos dias 26 de Novembro, 07 e 21 de Dezembro de 2009, nos precisos termos da Informação/Proposta n.º 04/SCEAN/09, 05/SCEAN/09 e 10/SCEAN/09, passando o mesmo a reflectir todas as alterações acima descritas, e agora, em concreto, a eliminação do "Mapa de Expropriações", das parcelas n.ºs 21, 24, 27, 37, 39, 40-A, 47, 49, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 66 e 67, dado existirem condições viabilizadoras da aquisição das mesmas, sem recurso à declaração de utilidade pública da expropriação. -----

#### II - Da Proposta em Sentido Estrito. -----

Assim, e tendo em linha de conta o disposto na alínea c), do n.º 7, do artigo n.º. 64, da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal, Órgão Executivo da Autarquia, propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação, e

não sendo, tal competência, susceptível de delegação no Presidente da Câmara, tomo a liberdade de sugerir que seja adoptada a seguinte estratégia procedimental: -----

**a)** Agendamento da presente proposta para a próxima reunião ordinária do Executivo Camarário para que, ao abrigo do disposto no Artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº. 168/99, de 18 de Setembro, seja, nessa parte, rectificada a deliberação de 01 de Outubro de 2009, a qual determinou a resolução de expropriar enquanto acto preparatório indispensável à obtenção da declaração de utilidade pública com vista à expropriação das parcelas de terreno necessárias à execução da obra denominada **"Ligação Rodoviária entre a E.M.506 e o IP3 (A24) - Nó do Parque Empresarial de Chaves"**, anexando-se, para o efeito, novo "Mapa de Expropriações", devidamente rectificado, no que respeita à identificação das parcelas a expropriar; -----

**b)** Que seja autorizada a aquisição, pela via do direito privado, das parcelas n.ºs 24, 37, 39, 40-A, 47, 49, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 66 e 67, nas condições constantes do quadro sinóptico do nº2 antecedente, deixando as mesmas de constar do aludido mapa de expropriações, devendo os respectivos contratos - escrituras - serem formalizados pelo Notário Privativo da Autarquia; -----

**c)** Que as parcelas identificadas com o nº21 e nº27, no mapa de expropriações e planta cadastral do presente procedimento expropriativo, venham a integrar, no futuro, o domínio público municipal, no âmbito da promoção das correspondentes operações urbanísticas e mediante a celebração de convénios urbanísticos com os respectivos proprietários dos prédios sobre os quais se projecta a construção da via municipal em causa, em conformidade com o disposto na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, documentos, a elaborar, cujas normas disciplinadoras deverão ser submetidas à apreciação do executivo camarário numa próxima reunião deste órgão; -----

**d)** Seguidamente, caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do Executivo Camarário, deverá o Presidente da Câmara, em sede de execução de tal decisão, remeter a respectiva documentação à DGAL, com vista à instrução do processo a requerer, ao respectivo membro do Governo, a obtenção da D.U.P., notificando de tal procedimento os respectivos interessados. -----

À consideração da Chefe de Divisão Administrativa e de Serviços Jurídicos, Dra. Sandra Lisboa Delgado. -----

Chaves, 13 de Janeiro de 2010. -----

A Técnica Superior, -----  
Cristina Rodrigues -----

**Em Anexo:** -----

- Mapa de Expropriações devidamente rectificado. -----

- 10 contra-propostas. -----

- 1 Planta de cedências ao domínio público; -----

- Cópia do Parecer Técnico - "Justa Indemnização". -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2010.01.13** -----

Visto. Concorro com a presente informação, a qual merece o meu inteiro acolhimento. -----

À consideração do Presidente da Câmara. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESEIDENTE DA CAMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2010.01.13.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

**2. EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA "CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DA FUNDAÇÃO NADIR AFONSO, ACESSOS E PARQUE DE ESTACIONAMENTO". REJEIÇÃO DE CONTRAPROPOSTA. PARCELA Nº14. -----**

**PROPRIETÁRIOS: MARIANA DE JESUS MARTINS DE QUEIROGA RODRIGUES ALVES E OUTROS. INFORMAÇÃO Nº. 02/SCEAN/10 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - JUSTIFICAÇÃO -----**

1. O executivo camarário em sua reunião ordinária de 07 de Maio de 2009, deliberou, por unanimidade, tomar resolução de expropriar e requerer a declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas de terreno necessárias à execução da obra "Construção do Edifício da Fundação Nadir Afonso, Acessos e Parque de Estacionamento", de acordo com a Proposta Nº39/GAPV/09, resolução, essa, que veio a ser rectificada por deliberação de 07 de Dezembro último, no sentido do mapa de expropriações abranger mais uma parcela - Parcela Nº 14 -, com os fundamentos constantes da Informação/Proposta Nº07/SCEAN/09. -----

2. Em cumprimento do disposto no nº5, do Artigo 10º e nº2 do Artigo 11º, ambos do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº 168/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, foi formulada, junto dos proprietários/expropriados da dita Parcela Nº14, proposta de aquisição, pela via do direito privado, pelo montante constante da avaliação prévia realizada pelo perito da lista oficial n do Tribunal da Relação do Porto, Engº Alvim Marinho.

3. Na sequência de tal proposta, vieram os respectivos comproprietários da parcela ora em causa, apresentar a seguinte contraproposta, ao montante proposto, para aquisição da mesma, pela via do direito privado, a saber: -----

Nº Parcela	Proprietários	Montante proposto	Montante da contra-proposta
14	- Mariana de Jesus Martins de Queiroga Rodrigues Alves - Francisco Artur Queiroga Rodrigues Alves - Dalila Maria Queiroga Rodrigues Alves Xavier	€4 194,00	€100,00/m2 €100,00 X 466,00m2= <b>€46 600,00</b>

4. Em face de contra-propostas apresentadas por outros proprietários, interessados neste mesmo procedimento expropriativo, o executivo camarário em sua reunião do passado dia 06 de Agosto de 2009, com base na Proposta Nº73/GAPV/09, deliberou rejeitar as diversas contrapropostas, entretanto, apresentadas, após consulta ao perito oficial responsável pela realização da avaliação prévia, o dito Engº Alvim, que emitiu parecer desfavorável, muito concretamente, no que respeitou à Parcela Nº13, assentando os seus argumentos na classificação do solo conferida pelo PDM de Chaves, ou seja, "Espaços agrícolas e florestais, categoria 4.1 - Espaços florestais, Subcategoria 4.2B - Espaços agrícolas condicionados (RAN+REN)/Domínio hídrico (zona adjacente ao Rio Tâmega)". -----

5. A classificação do solo da Parcela N° 14, aqui em causa, conferida pelo mesmo Instrumento de Gestão Territorial - PDM -, é precisamente a mesma da dita Parcela N°13, não se vislumbrando qualquer razão para a solicitação de emissão de parecer ao referido Eng° Alvim Marinho, atento o conteúdo do parecer já emitido sobre esta matéria, e que aqui se dá, nessa parte, por reproduzido, tudo no respeito pelos princípios da igualdade e da imparcialidade, e da economia processual consagrados no Código do Procedimento Administrativo. -----

6. Em face dos factos acima descritos e do conteúdo da contraproposta apresentada pelos proprietários da Parcela N°14, cujo valor é superior a dez vezes mais que o valor constante da avaliação prévia, não se descobrem razões de interesse na mesma para a entidade interessada na expropriação. -----

## **II - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO** -----

Assim, e tendo em linha de conta o disposto na alínea c), do n° 7, do artigo 64°, da Lei n°. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n° 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal, Órgão Executivo da Autarquia, propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação, não sendo, tal competência, susceptível de delegação no Presidente da Câmara, tomo a liberdade de sugerir que seja adoptada a seguinte estratégia procedimental: -----

**a)** Agendamento da presente proposta para a próxima reunião Ordinária do Executivo Camarário para que, ao abrigo do disposto no n°6 do Artigo 11° do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n°168/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, seja rejeitada a contraposta apresentada pelos comproprietários da Parcela n°14, face ao teor constante do Parecer emitido em 25-07-2009, pelo perito Eng° Alvim Marinho, autor do relatório de avaliação prévia, parecer esse que aqui se dá por reproduzido no que se refere à análise respeitante à Parcela N°13, devendo, para o efeito, os respectivos interessados serem notificados de tal decisão; -----

**b)** Consequentemente, ao abrigo do disposto no Artigo 12° do referido Código das Expropriações, apresentar ao membro do governo competente, o pedido para a declaração de utilidade pública urgente da expropriação, nos termos do art. 15° do C.E., dado ter financiamento comunitário aprovado, e também, da parcela ora em causa, notificando deste facto os interessados na expropriação. ----

À consideração superior da Chefe de Divisão Administrativa e de Serviços Jurídicos, Dra. Sandra Lisboa Delgado. -----

Chaves, 13 de Janeiro de 2010. -----

A Técnica Superior, -----

Cristina Rodrigues -----

Em anexo: Contraposta. -----

Relatório do perito. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS JURIDICOS, DRA. SANDRA LISBOA, DE 2010-01-13** -----

Visto. Concordo com a presente proposta a qual merece o meu inteiro acolhimento. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2010.01.07** -----

Visto. Concordo com a presente informação, a qual merece o meu inteiro acolhimento. -----

À consideração do Presidente da Câmara. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESEIDENTE DA CAMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2010.01.13.** -----

À reunião de câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

**3. ALIENAÇÃO, MEDIANTE PROCEDIMENTO PRÉVIO À CONTRATAÇÃO, DE DOIS PRÉDIOS URBANOS, INTEGRADOS NO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL, SITUADOS NA FONTE DO LEITE, E DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO E CONCRETIZAÇÃO DE PROJECTO URBANÍSTICO, O QUAL DEVERA CONTEMPLAR UMA ZONA COMERCIAL E UM CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES. PRORROGAÇÃO DA DATA DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA, COM REFORÇO DO SINAL. PROPOSTA Nº. 04/GAPV/2010 -----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - ANTECEDENTES -----**

**1.** Na precedência do respectivo procedimento concursal, por deliberação camarária datada do passado dia 6 de Dezembro de 2007, foi adjudicada a venda de dois prédios urbanos - descritos na Conservatória do registo Predial de Chaves com os nºs 00878 e 00879 -, pelo preço de **€2 510 000,00**, (dois milhões, quinhentos e dez mil euros), e nas demais condições constantes do referido procedimento concursal e proposta da firma adjudicatária - A. SANTO - Empreendimentos Industriais e Turísticos, S.A. -. -----

**2.** O contrato promessa de compra e venda foi outorgado em 14 de Fevereiro de 2008, tendo, nessa data, sido liquidada a importância que perfez 50% do valor da venda, ou seja, €1 004 000,00 (um milhão e quatro mil euros), uma vez que já tinham sido liquidados €251 000,00 (duzentos e cinquenta e um mil euros), com a adjudicação, tendo sido fixado o prazo para a formalização do contrato - Escritura Pública - até ao dia 25 de Agosto do mesmo ano. -----

**3.** Previamente à formalização da escritura, até à data supra referida, deveriam estar reunidos todos os requisitos constantes da Cláusula 4ª do aludido contrato promessa de compra e venda, designadamente, os correlacionados com a apresentação e aprovação da Proposta de Plano de Pormenor apresentada pela empresa adjudicatária. -----

**4.** Neste contexto, a empresa adjudicatária, através da exposição com registo de entrada nos serviços municipais de 29/07/2008, veio dar conta dos obstáculos que impossibilitaram a referida empresa de cumprir estritamente com as calendarizações estipuladas, designadamente a necessidade da prévia realização de um relatório ambiental, por força da alteração do Decreto Lei nº380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº316/2007, de 19 de Setembro, o qual entrou em vigor posteriormente à abertura do procedimento concursal, e que veio a comprometer a calendarização inicialmente prevista por este Município. -----

**5.** Alegou, ainda, a promitente compradora, em tal comunicação, e em reforço destes argumentos, que os prédios em causa não se encontravam, naquela data, desocupados, conforme previsto nas condições contratuais prometidas, requerendo que o Município aceitasse uma prorrogação do prazo para a formalização da escritura de compra e venda, até ao dia 31 de Dezembro de 2008; -----

**6.** Tal pedido veio a ser deferido em reunião camarária de 07 de Agosto do mesmo ano, uma vez que a sociedade adjudicatária "A. Santo, Empreendimentos Industriais e Turísticos, S.A.", já tinha procedido ao pagamento de metade do preço acordado e que, acedeu, informalmente, à manutenção da ocupação de parte dos supra

identificados prédios, por parte da Associação Desportiva Flaviense, pelo que se encontravam, assim, assegurados os principais interesses deste Município. -----

7. A Adenda ao contrato inicial, a prorrogar o prazo de formalização da escritura de compra e venda até ao dia 31 de Dezembro de 2008, foi formalizada no dia 08 de Setembro, tendo a adjudicatária reforçado o sinal em mais €627 500,00 (seiscentos e vinte e sete mil e quinhentos euros), ficando, também, estabelecido que o pagamento em falta, em montante de igual valor, seria liquidado com a outorga da escritura. -----

8. No pretérito dia 18 de Dezembro de 2008, veio a ser, administrativamente, aprovado, mediante deliberação camarária tomada em reunião ordinária do Órgão Executivo realizada nesse mesmo dia, nova prorrogação de prazo para a celebração da escritura definitiva, tendo sido, por mútuo acordo, aceite uma nova redacção do ponto 3.1. da cláusula terceira do respectivo contrato de compra e venda, nele passando a constar o dia 30 de Junho de 2009, como nova data limite para a outorga da correspondente escritura pública. -----

9. Tal modificação superveniente à redacção da cláusula contratual em crise - ponto 3.1. da cláusula terceira do respectivo contrato de compra e venda - teve na sua génese fundamentadora os atrasos verificados na marcha do procedimento administrativo correlacionados com a aprovação do Plano de Pormenor, tendo como objecto a área física de intervenção do empreendimento em causa, atrasos esses associados, sobretudo, à intervenção das entidades externas ao Município que, nos termos do quadro legal aplicável, têm de se pronunciar sobre o seu mérito urbanístico e sobre a conformidade legal do respectivo regulamento do plano. -----

10. Refira-se que a prorrogação de tal prazo, aceite por acordo de ambas as partes contratantes, não foi, entretanto, devidamente formalizada mediante aditamento ao contrato promessa inicialmente celebrado, e após contactos havidos entre os legais representantes das partes contratantes, em reunião do executivo camarário do passado dia 16 de Julho de 2009, foi deliberado prorrogar o prazo para a outorga da escritura de compra e venda até ao dia 31 de Dezembro ultimo. -----

11. Porém, como não se encontram, ainda, conquistados todos os requisitos constantes do contrato-promessa de compra e venda, não foi o contrato prometido devidamente formalizado, por acordo tácito de ambas as partes. -----

## **II - SITUAÇÃO ACTUAL E JUSTIFICAÇÃO -----**

1. Após comunicações trocadas entre as partes contratantes, e reagindo ao ofício enviado por este Município no passado dia 09 do corrente mês, mediante ofício enviado por fax, com registo de entrada nos serviços administrativos da autarquia n.º 41, de 13 de Janeiro de 2010, a contratante, "A. Santo, Empreendimentos Industriais e Turísticos, S.A.", veio manifestar a sua disponibilidade para nova prorrogação do prazo previamente estabelecido para a realização da escritura de compra e venda. -----

2. Neste sentido, a "A. Santo, Empreendimentos Industriais e Turísticos, S.A.", aceita a prorrogação do prazo, para a celebração da referida escritura de compra e venda, até ao próximo dia 30 de Junho de 2010, concordando, também, com um reforço do sinal de €200 000,00 (duzentos mil euros). -----

3. Saliente-se que tal prorrogação do prazo para a formalização da escritura de compra e venda em causa, tornou-se objectivamente inevitável em virtude continuarem por reunir, na presente data,

todos os pressupostos e/ou condições indispensáveis à sua celebração e consagrados na cláusula 4ª do contrato promessa, sendo certo que um dos obstáculos à sua formalização, designadamente a aprovação e entrada em vigor do Plano de Pormenor da Fonte do Leite, encontra-se, já, ultrapassado, subsistindo a necessidade de alteração do Alvará de Loteamento nº10/97, bem como o facto de os terrenos objecto de alienação continuarem ocupados pela "Associação Desportiva Flaviense", situação que será desbloqueada com a construção dos campos de futebol do "Parque Desportivo". -----

### **III - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO** -----

Assim, em coerência com as razões acima expostas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário a aprovação da seguinte proposta:

**a)** Que seja, administrativamente, autorizada a prorrogação do prazo para a celebração da escritura de compra e venda em crise até ao próximo dia **30 de Junho de 2010**, com reforço do sinal em **€200 000,00** (duzentos mil euros), sendo reconhecidos como pertinentes os argumentos ora invocados e aceites pelas partes contratantes justificadores de tal alteração; -----

**b)** Para o efeito, que seja, simultaneamente, autorizada a celebração de adenda ao contrato promessa celebrado a 14 de Fevereiro de 2008, por forma a introduzir as correspondentes alterações à cláusula segunda alínea b), e cláusula terceira, número um do contrato promessa de compra e venda, no sentido deste passar a contemplar o montante em dívida actualizado e a calendarização prevista na alínea anterior, tendo em vista a outorga da correspondente escritura de compra e venda, mantendo-se, em tudo mais, inalteráveis as cláusulas do aludido contrato; -----

**c)** Nesta perspectiva, deverá o Executivo Camarário aprovar minuta de " Segunda Adenda ao Contrato Promessa de Compra e Venda" datado do dia 14 de Fevereiro de 2008, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, a qual, depois de devidamente apreciada e confirmada pelo promitente comprador - "A. Santo, Empreendimentos Industriais e Turísticos, S.A." -, deverá ser outorgada pelos legais representantes das partes contratantes, ficando, para o efeito, devidamente legitimado o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal, a proceder, à sua assinatura; -----

**d)** Por último, caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, dever-se-á dar conhecimento do teor integral da mesma e da decisão administrativa praticada sobre a matéria, à empresa adjudicatária e promitente compradora, mediante a expedição da competente notificação ao abrigo dos Artigos 68º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo. -----

Chaves, 13 de Janeiro de 2010. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----  
(Dr. João Batista) -----

Em anexo: O processo administrativo respectivo. -----

### **"2ª ADENDA AO CONTRATO PROMESSA DE COMPRA E VENDA DATADO DE 14 DE FEVEREIRO DE 2008"** -----

• Considerando que no passado dia 14 de Fevereiro de 2008, entre o MUNICÍPIO DE CHAVES e a sociedade anónima A. SANTO - Empreendimentos Industriais e Turísticos, SA., foi assinado um contrato promessa de compra e venda de dois prédios urbanos - lotes de terreno -, situados na Fonte do Leite, inscritos na matriz predial da freguesia de Valdanta com os Artigos 788º e 787º, descritos na Conservatória

do Registo Predial de Chaves, respectivamente, com os números 00878 e 00879; -----

- Considerando que o clausulado do aludido contrato - 3.1. da Cláusula 3ª - estabelecia que o contrato prometido seria realizado até ao dia 25 de Agosto de 2008, mediante a outorga da escritura de compra e venda, tendo por objecto os referidos prédios; -----

- Considerando que por razões intrinsecamente ligadas à alteração do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 316/2007, de 16 de Setembro, se tornou impossível, em tempo útil, dar cumprimento aos requisitos constantes da Cláusula 4ª do aludido contrato promessa de compra e venda, designadamente a apresentação e aprovação da Proposta de Plano de Pormenor, a apresentar pela promitente compradora, em conformidade com a sua proposta, face à necessidade de prévia realização de um relatório ambiental, nos termos da referida alteração ao DL 380/99;

- Considerando que as razões enunciadas no ponto anterior vieram a determinar a celebração, em 08 de Setembro de 2008, de Adenda ao Contrato Promessa de Compra e Venda em causa, no sentido de consagrar no ponto 3.1, da cláusula terceira a prorrogação da data de outorga da escritura definitiva até ao dia 31 de Dezembro de 2008; -----

- Considerando que, com base em tal argumentário, e por acordo mútuo entre as partes, veio a ser determinada nova prorrogação do prazo para a celebração da referida escritura até 30 de Junho de 2009, alteração essa que não veio a ser devidamente formalizada mediante adenda ao contrato promessa; -----

- Considerando que, naquela data, e por razões absolutamente estranhas à vontade das partes contratantes, o projecto de Plano de Pormenor da Fonte do Leite, apenas foi apreciado, em sede de conferência de serviços da CCDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, no passado dia 24 de Julho, pese embora o Município de Chaves ter encetado todas diligências possíveis, de acordo com as suas atribuições e competências, para introduzir maior celeridade ao procedimento de aprovação do Plano de Pormenor em causa; -----

- Considerando que, após contactos havidos entre os legais representantes das partes contratantes, em reunião do executivo camarário do passado dia 16 de Julho de 2009, foi deliberado prorrogar o prazo para a outorga da escritura de compra e venda até ao dia 31 de Dezembro ultimo, não tendo sido o contrato prometido devidamente formalizado, por acordo tácito de ambas as partes; -----

- Por fim, face aos considerandos supra, tornou-se objectivamente inevitável nova prorrogação do prazo, em virtude de continuarem por reunir, na presente data, todos os pressupostos e/ou condições indispensáveis à sua celebração e consagrados na cláusula 4ª do contrato promessa, sendo certo que um dos obstáculos à sua formalização, designadamente a aprovação e entrada em vigor do Plano de Pormenor da Fonte do Leite, encontra-se, já, ultrapassado, subsistindo a necessidade de alteração do Alvará de Loteamento nº10/97, bem como o facto de os terrenos objecto de alienação continuarem ocupados pela "Associação Desportiva Flaviense". -----

ASSIM: -----

Entre: -----

**Município do Concelho de Chaves**, titular do N.I.P.C. 501205551, com sede em Chaves, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, casado, natural da



freguesia de Vila da Ponte, Concelho de Montalegre, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves, adiante designado por promitente vendedor; -----  
E -----

**A. SANTO - Empreendimentos Industriais e Turísticos, S.A.**, sociedade comercial anónima com o cartão de pessoa colectiva e número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Cascais 500 004 897 e sede na Avenida Valbom, n.º 15, freguesia e concelho de Cascais, com o capital social de 22.500.000,00 Euros, titular do alvará de construção n.º 960, passado pelo Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário, válido até -----, neste acto representada por \_\_\_\_\_, de agora em diante simplesmente designada por PROMITENTE COMPRADORA, é celebrado o presente aditamento contrato supra indicado, nos termos e de acordo com as seguintes condições: -----  
Com a presente são alteradas as cláusulas segunda, número 1, alínea b) e terceira, número 1 do contrato-promessa de 14 de Fevereiro de 2008, as quais passam a ter a seguinte redacção: -----

**SEGUNDA** -----  
2.1 b) O restante do preço em dívida, ou seja, €627 500,00 (seiscentos e vinte e sete mil e quinhentos euros), deverá ser pago, em duas prestações, mediante a liquidação na presente data da importância de €200 000,00 a título de reforço do sinal dado, e o pagamento de outra prestação, no montante remanescente de €427 500,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e quinhentos euros), no acto da escritura pública de compra e venda definitiva. -----

**TERCEIRA** -----  
3.1. A escritura pública de compra e venda prometida será celebrada no local, dia e hora a fixar pelo MUNICÍPIO e deverá realizar-se até 30 de Junho de 2010, sendo a convocação para a escritura feita por carta registada e com aviso de recepção a expedir pelo MUNICÍPIO com a antecedência de vinte dias. -----  
Em tudo o mais se mantém o clausulado do contrato inicialmente prometido. -----

Feito em duplicado, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010, ficando um exemplar na posse de cada uma das partes. -----

O promitente vendedor: -----

O promitente comprador: -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

## IX

### DIVISÃO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

#### 1. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA. FABIO LUCCI, LDA. INFORMAÇÃO DA DAP DE 08/01/2010 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, subscrita pelo Chefe da da D.A.P., Artur Lopes Baltazar, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Da exposição -----

O administrador da Empresa A Fabio Lucci Representações Lda com estabelecimento comercial na Avenida D. João I, Edifício Flávia, em Chaves, com a instalação de água em nome de C. Fernandes, Lda, com o CIL n.º. 1217, cliente de água n.º. 2028, vem solicitar "a redução da factura" de consumo de água do mês de Novembro/2009, no valor de

2 976,83 €, correspondente a 2 146 m<sup>3</sup>, uma vez que foi "provocada por uma fuga de água que apesar de ter sido prontamente detectada não impediu um enorme desperdício com uma despesa elevadíssima".-----

#### Dos Factos -----

Foi solicitado aos serviços da reparação dos contadores para a verificação da instalação uma vez detectada a leitura elevada. -----

O Sr. João Silva verificou que o contador estava a funcionar correctamente havendo dentro da instalação uma rotura muito grande que não era detectável. Após fecho de uma válvula de seccionamento, de um sector da instalação, o contador deixou de contar. -----  
Pela análise do histórico de leituras e facturação verifica-se que a instalação não apresenta consumos excessivos. -----

#### Do Direito -----

De acordo com o estipulado no artigo 23 do Decreto-Lei n.º. 207/94, de 6 de Agosto, a Conservação dos sistemas prediais é da responsabilidade dos proprietários. -----  
Nesta conformidade, situações de anomalias na instalação, são da responsabilidade da empresa A Fabio Lucci Representações Lda, arrendatária da instalação. -----

#### Da Petição -----

Tendo em linha de conta o que é exposto, propõe-se que o assunto seja agendado para uma próxima reunião de Câmara, no sentido de ser deliberado sobre a petição, com as seguintes hipóteses: -----

- a) Indeferir a pretensão da requerente tendo em linha de conta o referido na parte que diz respeito à norma legislativa em vigor; -
- b) Anulação da factura e emissão de uma nova, aplicando-se a tarifa de 0,70€ ao valor registado no contador, 2146m<sup>3</sup>, acrescido das quotas de disponibilidade de água, saneamento e resíduos sólidos. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o n.º. 1 do Art.º. 71, da Lei 169/99, de 18/9. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS, ENG.º. JOSÉ ANTÓNIO CARNEIRO, DE 10/01/2010:--**

Visto. À consideração do Sr. Vereador Responsável. -----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, DR. PAULO ALVES, DE 2010-01-10** -----

Visto. Concordo. À reunião de câmara para deliberar pela hipótese b) da informação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a alínea b) da informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## X

### DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

## XI

### FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

## XII

### EMPRESAS MUNICIPAIS

**XIII**  
**ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA**

**1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS****2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL****2.1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO. REQUERENTE: VICÊNCIA DA CONCEIÇÃO MEIRA L. VAZ. INFORMAÇÃO N.º. 01/DGFEP/SP/2010** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

No seguimento da exposição feita pela D. Vicência da Conceição Meira L. Vaz, do sinistro ocorrido no dia 17 de Novembro no Balneário das Termas, no qual foram danificados os seus óculos. -----

Feitas as diligências necessárias pela Companhia de Seguros AXA, foram apurados prejuízos, pelos quais o Município é responsável, no valor 180€ (cento e oitenta euros). -----

Contudo, dado o contrato de Responsabilidade Civil, aplicada uma franquia, a companhia irá suportar o valor de 155€ (cento e cinquenta e cinco euros). -----

Assim, o Município, deverá liquidar directamente ao lesado o valor de 25,00€ (vinte e cinco euros) referente à franquia. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 4 de Janeiro de 2010 -----

A Funcionária -----

(Em anexo, respectivo processo) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTODE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2010.01.07.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a material. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2010.01.13.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**2.2. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO. REQUERENTE: FERNANDO DE SOUSA ROSINHA. INFORMAÇÃO °. 02/DGFEP/SP/2010** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Após exposição apresentada pelo Sr. Fernando de Sousa Rosinha, na qual responsabiliza o Município pelos danos causados na sua viatura 15-77-QD, devido ao embate numa caixa de saneamento que se encontrava sem tampa, na Rua 1.º de Maio em Cimo de Vila da Castanheira. -----

Feitas as diligências necessárias pela divisão responsável, foram apurados prejuízos, pelos quais o Município é responsável, no valor 482,74€ (quatrocentos e oitenta e dois euros e setenta e quatro cêntimos). -----

Contudo, dado o contrato de Responsabilidade Civil, aplicada uma franquia de 1000€, o Município deverá liquidar directamente ao

lesado o valor de 482,74€ (quatrocentos e oitenta e dois euros e setenta e quatro cêntimos). -----

À consideração superior. -----

Chaves, 12 de Janeiro de 2010 -----

A Funcionaria -----

(Em anexo, respectivo processo) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTODE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2010.01.07.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a material. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2010.01.13.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**2.3. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELOS DANOS SOFRIDOS EM GALINHEIRO;- CÃO VADIO; -DECISÃO DEFINITIVA. REQ: ANTÓNIO BATISTA. INFORMAÇÃO/PARECER Nº. 01/DASJ/09** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - Enquadramento** -----

1. Na sequência da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2009/12/07, a qual recaiu sobre a Informação nº 70/2009, de 24 de Novembro de 2009, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de indeferir a pretensão formulada - pedido de indemnização pelos danos sofridos em galinheiro particular - pelo requerente, António Batista, de acordo com as razões de facto e de direito expostas no referido parecer. --

2. Neste contexto, foi concedido ao interessado o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 100º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

3. Decorrido o prazo supra mencionado, o requerente, não apresentou qualquer observação ou sugestão, na tentativa legítima de inverter o sentido de decisão entretanto manifestado pelo órgão executivo municipal. -----

4. Assim, deverá tal sentido de decisão tornar-se, agora, definitiva. -----

**II - Proposta** -----

Em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à **tomada de decisão definitiva**, substantivada no indeferimento da pretensão formulada pelo requerente, no que concerne ao pedido de indemnização pelos danos sofridos em galinheiro, de acordo com as razões de facto e de direito exaradas na Informação nº. 70/2009, produzida por estes Serviços, em 24/11/2009; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 68º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Batista. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----  
 À consideração superior. -----  
 Chaves, 4 de Janeiro de 2010 -----  
 O Técnico Superior Jurista -----  
 (Dr. Marcos Barroco) -----

**Em anexo:** O respectivo processo administrativo -----  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTODE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2010.01.07.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a material. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2010.01.13.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### **2.4. COMPARTICIPAÇÃO DO MUNICIPIO EM PROJECTOS REALIZADOS PELA AMAT - ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DO ALTO TÂMEGA. "PROJECTO SAMA - GESTÃO E ACOMPANHAMENTO", "PROJECTO SAMA - SIG ON-LINE", ESTUDO DESTINANDO À FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA PARA FIXAÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS", "ELABORAÇÃO DAS CARTAS DE RUÍDO".** -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

##### **I - Da Exposição dos Motivos:** -----

1 ) A Associação de Municípios do Alto Tâmega (AMAT), no desempenho das suas competências legais e estatutárias, tem vindo a desenvolver diversas candidaturas e projectos de interesse supramunicipal; -----

2 ) Considerando que, através do Fax Ref.4/10, de 07 de Janeiro de 2010, proveniente da "AMAT", foi dado conhecimento da conclusão dos projectos identificados em epígrafe, cuja natureza traduz a contratualização, pela "AMAT", de serviços a empresas da especialidade; -----

3 ) Considerando que, nos termos da alínea b) do n.º4, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua última versão, pode legalmente, o Executivo Municipal deliberar sobre as formas de apoio e/ou participação a entidades e organismos existentes, nomeadamente àqueles que prossigam fins de interesse municipal. ----

##### **II - Proposta em Sentido Estrito:** -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeta-se à aprovação do executivo Camarário a seguinte proposta: -----

a) Transferir para a "AMAT", através de uma participação financeira, os valores a seguir discriminados, decorrentes da aquisição de serviços destinados à execução dos aludidos projectos:

- "Projecto SAMA - Gestão e Acompanhamento" - 8.717,69€; -----
- "Projecto SAMA - SIG On-Line" - 4.928,72€; -----
- "Estudo destinado à fundamentação Económico-Financeira para fixação de Taxas Municipais" - 1.121,38€ -----
- "Actualização/Adaptação das Cartas de Ruído" - 7.254,99€; -----

b) Que, os referidos montantes sejam pagos através da rubrica orçamental da despesa 02.02.25.99. -----

c) Dar conhecimento do teor da decisão administrativa à Associação de Municípios do Alto Tâmega (AMAT), solicitando as competentes guias de débito. -----

Chaves, 12 de Janeiro de 2010 -----  
 O Presidente da Câmara Municipal,-----  
 (Dr. João Batista) -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

**2.5. "REGULARIZAÇÃO DA CONTA 25 - ACCIONISTAS, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2007 DO MARC, S.A". PROPOSTA N°. 06/GAPV/10 -----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - Exposição de Motivos: -----**

a) Considerando que, a Sociedade MARC - Mercado Abastecedor da Região de Chaves, é uma sociedade anónima, constituída por tempo indeterminado em 24 de Setembro de 2002, e cujo objecto social se traduz na construção, gestão e exploração de um mercado abastecedor de interesse público, o qual se destina ao comércio de produtos alimentares e à prossecução de outras actividades complementares ou subsidiárias, designadamente o desenvolvimento de actividades de logística e de apoio ao desenvolvimento agrícola regional; -----

b) Considerando que o Município, na qualidade de accionista da referida sociedade até Dezembro de 2008, detinha 109.200 acções nominativas na MARC, S.A, as quais representam 91% do respectivo capital social; -----

c) Considerando que, mediante proposta 127/GAPV/2008, aprovada em reunião do órgão executivo em 4 de Dezembro de 2008, foi efectuada a atribuição de um subsídio em espécie à Associação Flavifomento, correspondente ao valor nominal das acções detidas pelo Município na MARC, S.A., muito concretamente 109.200 acções nominativas com uma valor de 5,00 cada; -----

d) Considerando que até àquela data o Município de Chaves era detentor das aludidas acções no capital social do MARC, S.A e, por conseguinte, legal accionista da empresa; -----

e) Considerando que à luz do POC, a conta "25-accionistas (sócios) - resultados atribuídos", destina-se a registar a atribuição de lucros ainda não colocados à disposição ou à cobertura de prejuízos, pelos detentores de capital, em conformidade com o deliberado em Assembleia Geral; -----

f) Considerando que, mediante ofício refa. 09 047, datado de 09/11/2009, proveniente do MARC, S.A., foi comunicado ao Município o montante remanescente de 163.900,54€, o qual consta da conta "25.5.5.3.1 - Accionistas - resultados atribuídos - Município de Chaves", e respeitante aos resultados do exercício económico de 2007, da Sociedade e deliberado em sua Assembleia Geral realizada em 26 de Março de 2008. -----

**II - Da proposta em Sentido Estrito: -----**

a) Face ao exposto, e atendendo aos pressupostos enunciados, os quais reflectem as responsabilidades do município enquanto accionista da MARC, S.A. até Dezembro de 2008, proponho a transferência do valor correspondente ao constante da conta "Accionistas - Município de Chaves" e referentes aos exercício económico de 2007; -----

b) Que o referido montante, o qual totaliza 163.900,54€, seja transferido para a Sociedade MARC, S.A., durante o ano de 2010, através da classificação económica da despesa 08010203, constante dos documentos previsionais em vigor no município; -----

c) Tendo em conta que, no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea a), do número 4, do artº 64, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5 A/2002, de 11 de Janeiro, o Executivo municipal pode, no âmbito de apoio a acções de interesse municipal, deliberar, sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente aqueles que prossigam fins de interesse público. -----

d) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo camarário dever-se-á dar conhecimento do teor da decisão tomada à Sociedade MARC, S.A.; -----

e) Em caso de decisão favorável, dever-se-á remeter a presente proposta à Divisão de Gestão Financeira, Económica e Patrimonial para ulterior operacionalização. -----

À Consideração Superior, -----

Chaves, 11 de Janeiro de 2010 -----

O Presidente da Câmara, -----

(Dr. João Gonçalves Martins Batista) -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

#### **XIV DIVERSOS**

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dezasseis horas e quinze minutos, para constar se lavrou a presente acta, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

---

---